

## O SONHO E ALEGRIA DA CASA PRÓPRIA



76 famílias dos setores Jardim dos Ipês e Almerinda de Rezende, em Mineiros, receberam as chaves das casas do Programa Habitacional Casa Solidária. Com recursos próprios do município, a administração pretende construir um total de 1.300 casas a custo zero. Contemplados receberam também um projeto para ampliação do imóvel e uma muda de árvore. 217 casas já foram entregues **Página 4**

## RECEITA MIRA SONEGAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS

A Receita Federal (RF) deflagrou a 3ª fase da Operação Dagon, desarticulando um esquema de sonegação de Imposto de Renda por produtores rurais. Ação concentra-se em empresas conhecidas como "noteiras", sediadas em Goiás, que emitiam notas fiscais eletrônicas falsas de insumos agrícolas **Página 15**



## CCJ criminaliza porte de drogas



Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou na quarta-feira, 13, Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que criminaliza o porte de drogas, endurecendo a legislação atual. Texto inclui na Constituição que tanto o consumo quanto a venda de drogas são igualmente crimes - apesar de o tratamento de cada um poder ser diferente. **Página 4**

## BRASIL TEM DESAFIO CONTRA A FOME



País tem como meta tirar, até 2030, cerca de 33 milhões de pessoas da situação de fome. Foi o que afirmou Wellington Dias, ministro de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Situações mais graves ainda ocorrem nas regiões Nordeste e Norte do país **Página 13**

## JATAÍ: TORNEIO DE PESCA FEMININO AGITA A CIDADE



A secretaria de Turismo iniciou o período de inscrições do 2º Torneio Feminino de Pesca Esportiva, que será realizado em 30 de março. Expectativa é de aproximadamente 1.500 inscrições para o evento. **Página 4**

● Caiado inaugura 65 quilômetros de rodovias em Mineiros

**Pg. 2**

● Vereadora de Jataí cobra medicamento contra dengue na rede pública

**Pg. 2**

● Polícia apreende "arsenal" de armas com hóspede em hotel de Rio Verde

**Pg. 3**

● Governo busca segurança jurídica para o agro

**Pg. 16**



# Em Mineiros, governador Ronaldo Caiado inaugura 65 quilômetros de rodovias

Obras somam R\$ 155 milhões em verbas destinadas à infraestrutura. Rodovias foram construídas pela Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes



Trecho da GO-306 em Mineiros: Rodovia recebeu pavimentação em mais 31 quilômetros — Foto: Reprodução.

## REDAÇÃO

O governador Ronaldo Caiado viaja a Mineiros, nesta quinta-feira (14/03), para inaugurar duas obras de pavimentação asfáltica estratégicas para a região Sudoeste de Goiás. A primeira delas é a rodovia GO-306, que recebeu asfalto em um trecho de 31 quilômetros, do entroncamento com a GO-341 até a ponte do Ribeirão Grande. O investimento do Estado foi R\$ 69,7 milhões.

A segunda é a GO-341, no

trecho que vai do entroncamento com a BR-364 ao entroncamento com a GO-465. O percurso de 34 quilômetros recebeu R\$ 85,7 milhões em recursos, com parceria do setor produtivo, que financiou o projeto executivo de engenharia, por meio do Fundo para o Desenvolvimento da Pecuária em Goiás (Fundepec).

Juntas, as obras somam R\$ 155 milhões em verbas destinadas à infraestrutura. As rodovias foram construídas pela Agência Goiana de Infraestrutura

e Transportes (Goinfra) e serão oficialmente inauguradas em solenidade às 8h45, na GO-341, próximo ao Aeroporto Estadual de Mineiros.

## Serviço:

- Assunto: Em Mineiros, governador Ronaldo Caiado inaugura 65 quilômetros de rodovias

- Quinta-feira (14/03), às 8h45

- GO-341, próximo ao Aeroporto Estadual de Mineiros

# Rotary Club realiza atuação na capacitação para desenvolvimento de pessoas



O palestrante Alisson Moura, ao lado de representantes do Rotary Club — Foto: Reprodução.

## REDAÇÃO

O Rotary Club Mauricio de Nassau Arantes Lisboa promoveu uma palestra no auditório da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Rio Verde, na noite da última segunda-feira (11), com o tema “Produtividade sem Stress – Método de Gestão de Ações e Processos”, conduzido pelo professor Alisson Moura.

O principal propósito da palestra, sob a recepção do presidente do Rotary Club, Fábio Trancolin, foi contribuir significativamente para o desenvolvimento pessoal e profissional dos rotarianos e participantes convidados.

Durante mais de uma hora, o palestrante compartilhou valiosos insights sobre os passos essenciais para dominar o fluxo de trabalho. Ele guiou a audiência através do método “C.O.R.E.E. - Capturar, Escla-

recer, Organizar, Refletir e Engajar”.

Conforme repassou aos participantes convidados, esses elementos, quando incorporados de maneira eficaz, promovem uma abordagem mais estruturada e eficiente na gestão de tarefas e processos. Alisson explicou que cada uma dessas fases desempenha um papel crucial na maximização da produtividade, sem comprometer o bem-estar e gerando um ambiente propício ao desenvolvimento integral.

A palestra não apenas ofereceu ferramentas práticas para otimizar a produtividade, mas também incentivou a reflexão sobre a importância do equilíbrio entre vida pessoal e profissional. Os participantes foram estimulados a aplicar os conceitos apresentados em suas rotinas diárias, buscando uma abordagem mais consciente e eficaz para alcançar

seus objetivos.

Na oportunidade Fábio Trancolin ressaltou que o Rotary Club – Mauricio de Nassau Arantes Lisboa se preocupa em proporcionar eventos e iniciativas que contribuam para o desenvolvimento integral da comunidade. “A palestra sobre produtividade sem stress foi mais uma demonstração do nosso empenho em promover conhecimento e práticas que impactam positivamente a vida das pessoas”, disse.

O presidente do Rotary Club ainda destacou a relevância do tema abordado e elogiou a habilidade do palestrante em transmitir conceitos complexos de maneira acessível e envolvente. “Reafirmamos o compromisso em continuar promovendo eventos educativos que inspirem, informem e fortaleçam a comunidade local.”

## JATAÍ



## Mantelli quer equipamentos do Estado cedidos a agricultores familiares

O vereador Vicente Mantelli solicitou ao deputado estadual Alessandro Moreira que busque, junto à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), a cessão de maquinário e implementos agrícolas à agricultura familiar de Jataí. “A intenção é incluir os agricultores familiares jataienses no programa Mecaniza Campo, criado pelo governo de Goiás em 2019, e

que visa à melhoria da infraestrutura dos municípios goianos e à recuperação da malha viária, especialmente em estradas vicinais, além de realizar o serviço de manejo de solo para a produção, a recuperação de pastagens degradadas e dar apoio à agricultura familiar em todo o Estado, por meio da cessão de maquinário e implementos agrícolas aos municípios”, explicou.

## Marina cobra medicamento contra dengue na rede pública

A vereadora Marina Silveira solicitou ao executivo que a rede pública de saúde coloque à disposição o medicamento homeopático contra os sintomas da dengue também conhecido como Gotas Profiláticas. “Diante dos casos de dengue em nossa cidade, visto estarmos no período chuvoso, época propícia à proliferação do mosquito transmissor, a medida é necessária, pois a dengue é uma doença grave, que pode causar mortes”, justificou. “Esse medicamento tem

a finalidade de diminuir os riscos de complicações hemorrágicas em caso de infecção, controlar os sintomas e atenuar o quadro febril e dores no corpo. Vale lembrar que não é vacina e não imuniza o paciente, mas diminui os efeitos da doença. Não tem contraindicação e é aplicável a todas as faixas etárias, inclusive para pessoas que já tiveram a doença e gestantes e não há efeito colateral. O medicamento é desenvolvido pelo Hospital de Medicina Alternativa do Estado”.

## Abimael reivindica alargamento de avenida no José Bento

O vereador Abimael Silva reivindicou à administração municipal o alargamento da Avenida Pedro Bento, no bairro José Bento, visando uma melhor trafegabilidade. “A medida facilitaria o tráfego de veículos, aumentando a segurança de todos, bem como valorizaria a Avenida Pedro Bento, que recebe um grande fluxo de car-

ros, mas tem largura bem menor que as demais avenidas do nosso município, o que é perceptível a olho nu”, observou. “Diante disso, é necessária uma expansão da rua para que melhore o trânsito naquela localidade, promovendo maior segurança aos moradores, pedestres e a grande quantidade de veículos que por ali trafegam”.

## Adilson quer roçagem de ruas de bairro

O vereador Adilson Carvalho reivindicou à prefeitura a roçagem das ruas dos Tamboris, das Mangueiras e das Macieiras, no setor Sítios de Recreio Alvorada. “O matagal, com a chegada das chuvas, já se encontra bastante alto, servindo para abrigar indivíduos mal intencionados, facilitando a prática

de atos indevidos e colocando em risco a segurança e a integridade física da população”, justificou. “Outra grande preocupação é o acúmulo de lixo e a proliferação do mosquito transmissor da dengue, que nas últimas semanas tem se propagado de forma muito rápida em nosso município”.

# 192 escrituras do empreendimento Campos Novos são entregues a moradores contemplados

Beneficiários recebem a escritura do imóvel, registrada no cartório, sem nenhum custo. Unidades habitacionais do Programa "Parcerias/Cidades - Minha Casa, Minha Vida" já estão em construção

## REDAÇÃO

A Prefeitura de Rio Verde, por meio da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária e a Caixa Econômica Federal, realizou a entrega de mais 192 escrituras aos beneficiados do Programa "Parcerias/Cidades - Minha Casa, Minha Vida". A distribuição dos documentos aos moradores aconteceu na manhã desta quarta-feira (13), em uma solenidade no Teatro Municipal Lauro Martins. Dessa vez, os contemplados são os futuros moradores do empreendimento Campos Novos - Quadra 03.

Para que o benefício fosse entregue, o gerente da Caixa Econômica Federal em Rio Verde José Eduardo Santos, destaca que houve bastante empenho da Prefeitura, lembrando que o programa é pioneiro e começou no

município. "A ação saiu na frente em todo o Brasil, cuja proposta é que o Executivo se responsabilize pela área e infraestrutura das moradias. Em relação à entrada da unidade habitacional que os moradores teriam que pagar, a Prefeitura reverteu isso em forma de infraestrutura nos apartamentos", destaca.

Portanto, o gerente lembra que todo o documento entregue ontem aos moradores foi custeado pela Administração Municipal. "Além do mais, há a questão dos juros/obras que o município também custeia. Dessa forma, os moradores somente pagarão a parcela quando efetivamente receberem esse imóvel." Feliz em participar do projeto de moradia, José Eduardo observa que a iniciativa foi desenhada minimamente em todos os detalhes.

Com o benefício, as pessoas não têm que arcar com muitas despesas e impostos, pois através do "Parcerias/Cidades - Minha Casa, Minha Vida", o secretário municipal de Habitação e Regularização Fundiária, Eduardo Stefani, afirma que os moradores já recebem a escritura do imóvel registrada no cartório, sem nenhum custo. "Esse

programa não nasceu do nada, houve a matéria que passou pelo Legislativo Municipal. É um trabalho feito por várias mãos", frisou.

Conforme disse, em alguns programas habitacionais anteriormente, gastava-se cerca de R\$25mil ou R\$30mil para ter a posse definitiva do imóvel. "Hoje, o município antecipa ao retirar certos custos."

Ao discursar para o público presente no evento, o prefeito de Rio Verde, Paulo do Vale, ressaltou a preocupação do município em promover justiça social, ao fazer "bom uso do dinheiro público", lembrando que a unidade habitacional onde os moradores residirão já está em construção. "Eles pagarão uma prestação mais barata da casa, além de economizarem com impostos e taxas", disse.

Em muitas construções de moradias, a construtora compra o terreno, faz a rede de esgoto e implanta estacionamento e muros, por exemplo. No entanto, com o programa habitacional e por meio de uma lei, houve a possibilidade de que a infraestrutura nesse sentido fosse assumida pelo município, segun-



Prefeitura realizou a entrega de 192 escrituras aos beneficiados do Programa "Parcerias/Cidades - Minha Casa, Minha Vida" — Foto: Reprodução.

do destacou o prefeito. "Assim, trouxemos uma prestação mais acessível para quem ganha até R\$2600.

Estiveram presentes no evento, a primeira-dama e secretária de Assistência Social, Lillian

Jayne. Martins do Vale, o comandante da Guarda Civil Municipal (GCM), Valmir Borges, o presidente do Iparv, Alexandre Macedo e o superintendente de Trabalho do município, Fernando

## Polícia apreende "arsenal" de armas de fogo com hóspede de hotel em Rio Verde

## REDAÇÃO

Uma equipe do Grupo Especializado de Repressão a Narcóticos (Genarc) da Polícia Civil de Rio Verde realizou uma operação em conjunto com a Polícia Civil do Mato Grosso (PCMT), resultando na apreensão de um grande número de armas de fogo e na prisão do investigado.

Segundo a polícia, a ação foi desencadeada em resposta a um caso de importação sexual, conforme mandado emitido pelo Tribunal de Justiça do Mato Grosso

Segundo a denúncia, o suspeito, durante a festa de aniversário

da filha, foi denunciado por atos extremos como deixá-la nua e apontar uma arma na sua cabeça, além de ter efetuado disparos para o alto também. O homem praticou esses atos após consumo de bebida alcoólica e substâncias ilícitas na cidade de Paranatinga MT. De acordo com a investigação, esses comportamentos foram atribuídos por conta de ciúmes em relação à filha.

Após minuciosa investigação a respeito do caso, a polícia efetuou a prisão do suspeito e realizou busca e apreensão nos endereços dele. Ao cumprirem o mandato, os agentes locali-

zaram o homem em um hotel no centro de Rio Verde, onde apreenderam um fuzil calibre 556, uma espingarda calibre 12 e uma pistola

Posteriormente, a corporação cumpriu mandado de busca e apreensão em outro endereço do investigado, situado na cidade vizinha de Montividiu, quando localizaram mais duas armas de fogo, sendo um fuzil calibre 556 e um revólver calibre 38 SPL (ilegal), incluindo várias outras munições.

A prisão em flagrante aconteceu por posse irregular e porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.



## BR-060 entre Rio Verde e Santo Antônio da Barra fica parcialmente interditada nesta quinta

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) informa que servidores da empresa Data Trafic, estará na rodovia BR-060, entre Rio Verde e Santo Antônio da Barra,

para realizar aferição dos radares fixos, nesta quinta-feira (14).

Agendado para iniciar as 11h30, o serviço resultará em uma interdição parcial

da pista. Com o objetivo de garantir a segurança dos motoristas que forem trafegar pela via, será realizada sinalização viária pelos funcionários da empresa

responsável.

De acordo com comunicado da PRF, serão utilizados cones, placas temporárias e um operador de bandeira, seguindo as dire-

trizes do Manual Brasileiro de Sinalização Temporária. Também pontuou que os condutores devem redobrar atenção e reduzir a velocidade.

**DM Sudoeste**  
www.dmsudoeste.com.br

**DM**  
Sudoeste  
O seu jornal diário

### Preço das Assinaturas

DM Sudoeste - R\$ 49,90 mensal / R\$ 598,80 anual  
**Vendas Avulsas**  
Goiás, Tocantins, Distrito Federal e Mato Grosso  
Dias Úteis: R\$ 2,50  
Domingo: R\$ 3,50'

**EDITOR-CHEFE**  
Alex Pereira

**Editor Executivo**  
Paulo Henrique Macedo

**Reportagem**  
Valério Delfino  
Renata Costa

**DM Sudoeste**  
www.dmsudoeste.com.br

**Departamento comercial / redação**

**(64) 99601-9797**

Diagramação:  
Mateus Cardoso e Dener Soares

# Moradores de Mineiros recebem casas a custo zero

Nesta primeira etapa do programa Casa Solidária, serão construídas 500 unidades habitacionais, o objetivo da administração municipal é alcançar 1.300 unidades.

## REDAÇÃO

O prefeito Aleomar Rezende, entregou as chaves das moradias do Programa Habitacional Casa Solidária do setor Almerinda de Rezende, esse programa é voltado para população de baixa renda do município. Os moradores receberam também um projeto para ampliação do imóvel e uma muda de árvore.

As casas contêm sala e cozinha conjugada, quarto e banheiro. Os terrenos possuem 200m<sup>2</sup>, para que seja possível ampliar as residências. Além do setor está localizado próximo ao Parque de Exposições, ele conta com uma infraestrutura completa.

Com recursos próprios do município, a administração pretende construir um total de 1.300 casas a custo zero. “Alcançar uma conquista merece

comemoração. É o que fazemos hoje no Setor Almerinda de Rezende. Vimos o resultado de um trabalho de pleno compromisso com a seriedade, transparência e honestidade. Trabalhamos para que todos tenham onde morar com dignidade. Vamos seguir com esse programa para que mais famílias possam receber as chaves das residências”, disse Aleomar durante discurso.

Nesta primeira etapa do programa está sendo construídas 500 unidades habitacionais, conforme vão ficando prontas e aptas para serem entregues, o prefeito tem realizado as entregas das chaves. Na terça-feira (12), no Jardim dos Ipês foram entregues 52 casas e na quarta-feira (13), no setor Almerinda de Rezende, 24.

A solenidade de entrega foi prestigiada pelo vice-prefeito, João Grandô; presidente da Câmara Municipal, Sergislei Carrijo; procurador, Celismar Ferreira Borges; vereadores Hélio Arantes, Edmar Andrade, Claudivan Nunes - Sansão Filho, José Roberto Carvalho, Vinícius Vilela e Valdemar José de Souza; secretário de obras, Jailson Martins; beneficiários e população.



Casas do Programa Habitacional Casa Solidária do setor Almerinda de Rezende entregues nesta quarta-feira, 13 — Foto: Reprodução.

# Inscrições para o 2º Torneio de Pesca Esportiva Feminina estão abertas

Expectativa é que haja aproximadamente 1.500 inscrições; torneio terá R\$ 50 mil em prêmios

## REDAÇÃO

Agendado para acontecer no dia 30 de março, a prefeitura de Jataí por meio da secretaria de turismo, iniciou o período de inscrições do 2º Torneio Feminino de Pesca Esportiva. Serão R\$ 50 mil em prêmios.

A expectativa é que haja aproximadamente 1.500 inscrições, nesta edição as participantes contaram com a moda-

lidade de pescaria embarcada. O evento acontecerá das 8h às 17h, o telefone de contato para esclarecimento de dúvidas é o (64) 3632-4004.

As inscrições estão sendo realizadas exclusivamente no site oficial da prefeitura ([www.jatai.go.gov.br/torneiodepesca](http://www.jatai.go.gov.br/torneiodepesca)), pessoalmente no Centro de Atendimento ao Turista (CAT), das 8h às 11h e das 13h às 16h30, de segunda a sexta-fei-

ra, e aos sábados das 8h às 11h. A taxa que deve ser paga no ato da inscrição é de R\$ 70,00.

Com premiação de R\$ 15 mil para o primeiro lugar, R\$ 10 mil para o segundo lugar, R\$ 5 mil para o terceiro, R\$ 3 mil para o quarto lugar e mais R\$ 17 mil sorteado pelo número de inscrição, o torneio promete reunir mulheres de todo país, assim como em 2023 que reuniu 1.039 competidoras.



Vista aérea do Lago Bom Sucesso durante o Torneio Feminino de Pesca Esportiva realizado em 2023 — Foto: Reprodução.

# CCJ do Senado aprova PEC que criminaliza porte de drogas

## AGÊNCIA ESTADO

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou na quarta-feira, 13, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que criminaliza o porte de drogas, endurecendo a legislação atual. O texto inclui na Constituição que tanto o consumo quanto a venda de drogas são igualmente crimes - apesar de o tratamento de cada um poder ser diferente.

Por 23 votos a 4, a proposta foi aprovada na CCJ e segue agora para o plenário do Senado.

A votação da PEC na Casa Alta do Congresso acontece no momento em que o Supremo Tribunal Federal (STF) analisa

um processo sobre o consumo de drogas. A tendência no momento é que o Supremo considere inconstitucional a criminalização do consumo próprio de maconha (o placar é de 5 votos a 3 nesse sentido, até o momento). O ministro Dias Toffoli pediu vista na semana passada e adiou a continuidade do julgamento.

O relator da proposta no Senado, Efraim Filho (União Brasil-PB), defendeu na sessão desta quarta-feira que a discussão sobre a criminalização ou descriminalização das drogas deve acontecer no Congresso Nacional, e não no Supremo Tribunal Federal.

“O fórum adequado para que se trate questões dessa na-

tureza, que poderá ou não levar à descriminalização da droga no Brasil, é o Parlamento”, afirmou.

Segundo o relator, “é inquestionável que liberar as drogas leva ao aumento do consumo e o aumento do consumo leva à explosão da dependência química”.

As contestações à proposta ficaram restritas praticamente ao PT e a alguns senadores da base governista. O senador Fabiano Contarato (ES) foi um dos que criticou o andamento da proposta e disse que ela “não enfrenta o problema” do tráfico de drogas. Segundo o senador, que foi delegado por quase 30 anos, “essa PEC não inova em absolutamente nada”.





**Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.**  
CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090

Demonstrações Financeiras **2023**

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

#### Introdução

A Concessionária Ecovias do Araguaia S.A., em conformidade com as disposições estatutárias legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

**Companhia:** A Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. ("Ecovias do Araguaia" ou "Companhia"), é uma Sociedade de Propósito Específico, constituída em 22 de novembro de 2011 e tem por objeto social específico, único e exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, foi assinado em 29 de setembro de 2021, e o Termo de Arrolamento e Transferência de Bens firmado em 08 de outubro de 2021, e possui prazo final em 08 de outubro de 2056. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 12.c das Demonstrações Financeiras da Companhia.

**Destaques operacionais e financeiros:** O volume de tráfego atingiu 50.166 mil veículos equivalentes pagantes em 2023. A receita líquida atingiu R\$888,0 milhões em 2023. A receita líquida ajustada (excluindo a receita de construção) totalizou R\$477,7 milhões em 2023 e R\$107,0 em 2022. O EBITDA ajustado<sup>2</sup> totalizou R\$349,2 milhões em 2023 e a margem EBITDA ajustada<sup>2</sup>, 73,1%.

Destaques (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Volume de tráfego <sup>1</sup>	50.166	11.282	n.m.
Tarifa Média	10,37	10,35	0,3%
Receita líquida	888,0	880,7	0,8%
EBITDA Ajustado <sup>2</sup>	349,2	25,8	n.m.
Margem EBITDA Ajustada <sup>2</sup>	73,1%	n.m.	n.m.
Capex	489,3	875,2	-44,1%

<sup>1</sup> Em milhares de veículos equivalentes pagantes.

<sup>2</sup> Exclui receita e custo de construção e provisão de manutenção.

Pça.	Valor da tarifa por praça de pedágio (em R\$) - Vigente em 31/12/2023										
	Categoria de veículo										
P1	8,60	17,20	12,90	25,80	17,20	34,40	43,00	51,60	60,20	68,80	4,30
P2	11,80	23,60	17,70	35,40	23,60	47,20	59,00	70,80	82,60	94,40	5,90
P3	11,40	22,80	17,10	34,20	22,80	45,60	57,00	68,40	79,80	91,20	5,70
P4	11,00	22,00	16,50	33,00	22,00	44,00	55,00	66,00	77,00	88,00	5,50
P5	13,60	27,20	20,40	40,80	27,20	54,40	68,00	81,60	95,20	108,80	6,80
P6	13,60	27,20	20,40	40,80	27,20	54,40	68,00	81,60	95,20	108,80	6,80
P7	14,80	29,60	22,20	44,40	29,60	59,20	74,00	88,80	103,60	118,40	7,40
P8	13,60	27,20	20,40	40,80	27,20	54,40	68,00	81,60	95,20	108,80	6,80
P9	13,60	27,20	20,40	40,80	27,20	54,40	68,00	81,60	95,20	108,80	6,80

**Receita bruta:** A receita bruta totalizou R\$931,0 milhões em 2023. As deduções sobre a receita bruta somaram R\$42,9 milhões.

**Receita de Pedágio:** R\$520,6 milhões em 2023, devido ao início da cobrança de pedágio nas nove praças das rodovias BR-153/414/080/TO/GO em 03 de outubro de 2022.

**Receita de Construção:** R\$410,3 milhões em 2023, redução de 47,0%, devido ao menor volume de obras no período.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Receitas de Pedágio	520,6	116,7	n.m.
Receitas Acessórias	0,1	-	n.m.
Receita de Construção	410,3	773,7	-47,0%
<b>Total</b>	<b>931,0</b>	<b>890,4</b>	<b>4,6%</b>

O quadro abaixo demonstra a receita bruta da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor da receita acumulada desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$1.840,8 milhões correspondente à receita obtida com pedágios e outras fontes de receitas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2023.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2023	2022	Acumulado até 2021
Receitas de Pedágio	520,6	116,7	-
Receitas Acessórias	0,1	-	-
Receita de Construção	410,3	773,7	19,5
<b>Total</b>	<b>931,0</b>	<b>890,4</b>	<b>19,5</b>

Para mais informações sobre as receitas, vide Nota Explicativa nº 21 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

**Custos e despesas operacionais:** Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$599,7 milhões em 2023. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$128,5 milhões. As principais variações foram:

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Pessoal	29,4	16,4	79,4%
Conservação e manutenção	22,9	2,8	n.m.
Serviços de terceiros	50,2	39,5	27,1%
Seguros, Poder Concedente e Locações	14,5	15,5	-6,7%
Outros	11,6	7,1	64,4%
<b>Custos caixa</b>	<b>128,5</b>	<b>81,2</b>	<b>58,3%</b>
Depreciação e amortização	60,8	22,3	172,8%
Provisão para manutenção	-	-	n.m.
Custo de construção	410,3	773,7	-47,0%
<b>TOTAL</b>	<b>599,7</b>	<b>877,2</b>	<b>-31,6%</b>

**Pessoal:** R\$29,4 milhões em 2023, aumento de R\$13,0 milhões (+79,4%) devido às despesas com salários, benefícios e encargos incorridos pelo início das atividades operacionais da Companhia.

**Conservação e manutenção:** R\$22,9 milhões em 2023, aumento de R\$20,1 milhões devido, principalmente, aos gastos com limpeza manual e conservação de revestimento vegetal, em função do início das atividades operacionais da Companhia.

**Serviços de terceiros:** R\$50,2 milhões em 2023, aumento de R\$10,7 milhões (+27,1%) devido, principalmente, ao incremento dos serviços de consultorias administrativas, financeiras, de recursos humanos, de tecnologia da informação e de compras corporativas prestados pela controladora indireta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., e pelos custos de ambulâncias e resgates e remoções.

**Seguros, poder concedente e locações:** R\$14,5 milhões em 2023, redução de R\$1,0 milhão (-6,7%) em função, principalmente, da contabilização dos contratos de locação de veículos leves (IFRS).

**Outros:** R\$11,6 milhões em 2023, aumento de R\$4,5 milhões (+64,4%) devido, principalmente, aos gastos com combustíveis e energia elétrica, em função do início das atividades operacionais.

**Depreciação e amortização:** R\$60,8 milhões em 2022, aumento R\$38,5 milhões devido ao início da amortização dos bens da concessão, em função do início da arrecadação de pedágio.

**Custo de construção:** R\$410,3 milhões em 2023, redução R\$363,3 milhões (-47,0%), devido ao menor volume de obras no período.

O quadro abaixo demonstra os custos operacionais e despesas administrativas da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor acumulado desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$1.508,0 milhões corresponde aos custos e despesas operacionais desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2023.

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	2023	2022	Acumulado até 2021
Custos	599,7	877,2	31,1

Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº 22 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

**EBITDA:** Em 2023, o EBITDA totalizou R\$349,2 milhões. O EBITDA ajustado<sup>3</sup>, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$349,2 milhões, aumento de 0,5 p.p. em relação a 2022 e margem EBITDA ajustada<sup>3</sup> de 73,1%.

EBITDA (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Lucro líquido do período	188,8	18,7	n.m.
Depreciação e amortização	60,8	22,3	n.m.
Resultado Financeiro	17,1	(25,1)	n.m.
Imposto de renda e contribuição social	82,5	9,9	n.m.
Receita de Construção	410,3	773,7	n.m.
Custo de Construção	(410,3)	(773,7)	n.m.

**Volume de tráfego:** O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 50.166 mil em 2023, sendo 9.436 mil veículos leves e 40.730 mil veículos pesados. A Ecovias do Araguaia iniciou a cobrança de pedágio nas nove praças das rodovias BR-153/414/080/TO/GO em 03 de outubro de 2022.

Volume de tráfego (veículos equivalentes pagantes x mil)	2023	2022	Var.
Leves	9.436	2.293	n.m.
Pesados	40.730	8.989	n.m.
<b>Total</b>	<b>50.167</b>	<b>11.282</b>	<b>n.m.</b>

*Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.*

**Tarifa e tarifa média:** A tarifa média por veículo equivalente pagante foi de R\$10,37 em 2023.

Tarifa Média (em R\$)	2023	2022	Var.
Ecovias do Araguaia	10,37	10,35	0,3%

*Nota: A tarifa média é calculada, considerando a relação entre "Receitas de pedágio" e "Veículos equivalentes pagantes".*

A tabela abaixo apresenta os valores referentes às tarifas praticadas em cada praça de pedágio, por categoria de veículo, vigente em 31 de dezembro de 2023.

EBITDA (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
EBITDA	349,2	25,8	n.m.
EBITDA <sup>1</sup>	349,2	25,8	n.m.
Provisão para manutenção <sup>2</sup>	-	-	n.m.
EBITDA Ajustado <sup>3</sup>	349,2	25,8	n.m.
Margem EBITDA Ajustada <sup>3</sup>	73,1%	24,1%	0,5 p.p.

<sup>1</sup> Cálculo realizado de acordo com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022.

<sup>2</sup> A provisão para manutenção é ajustada, pois se refere a estimativa de gastos futuros com manutenção periódica na rodovia.

<sup>3</sup> Exclui receita e custo de construção e provisão de manutenção.

**Resultado financeiro:** O resultado financeiro líquido em 2023 foi negativo em R\$17,1 milhões, redução de R\$42,2 milhões em relação aos R\$25,1 milhões positivos em 2022, devido, principalmente, aos juros e variação monetária sobre debêntures.

Resultado Financeiro (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Juros sobre Debêntures	(40,2)	(21,3)	88,8%
Varição monetária sobre debêntures	(28,1)	(3,3)	n.m.
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(1,3)	(0,6)	102,4%
Juros Capitalizados	45,3	7,9	n.m.
Receitas de aplicações financeiras	28,5	46,8	-39,2%
Outros efeitos financeiros	(21,4)	(4,5)	n.m.
<b>TOTAL</b>	<b>(17,1)</b>	<b>25,1</b>	<b>-168,3%</b>

**Lucro do Exercício:** Em 2023, o lucro líquido da Companhia totalizou R\$188,8 milhões, aumento de R\$170,1 milhões em relação a 2022.

**Disponibilidade Financeira e Endividamento:** A Ecovias do Araguaia encerrou o exercício de 2023 com saldo distribuído entre caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva de curto e longo prazo de R\$429,6 milhões e dívida bruta, composta por debêntures, empréstimos e financiamentos, no valor de R\$1.100,6 milhões, sendo 98,2% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com o Poder Concedente era de R\$1,0 milhão e a dívida com Passivo de Arrendamento era de R\$38,5 milhões. A dívida líquida encerrou o ano em R\$671,0 milhões e indicador Dívida Líquida/EBITDA Ajustado de 1,9x. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas nº 13, 14, 15 e 18 das Demonstrações Financeiras.

Endividamento (em milhões de R\$)	31/12/2023	31/12/2022	Var.
<b>Curto Prazo</b>	<b>20,1</b>	<b>20,8</b>	<b>-3,7%</b>
Debêntures	17,8	20,8	-14,7%
Empréstimos e Financiamentos	2,3	-	n.m.
<b>Longo Prazo</b>	<b>1.080,5</b>	<b>588,2</b>	<b>83,7%</b>
Debêntures	611,8	588,2	4,0%
Empréstimos e Financiamentos	468,7	-	n.m.
<b>Dívida Bruta<sup>1</sup></b>	<b>1.100,6</b>	<b>609,0</b>	<b>80,7%</b>
Obrigações com Poder Concedente	1,0	1,0	4,6%
Passivo de Arrendamento	38,5	41,6	-7,5%
<b>Endividamento Bruto</b>	<b>1.140,1</b>	<b>651,6</b>	<b>75,0%</b>
Caixa e equivalentes de caixa	429,6	211,8	102,8%
<b>Endividamento Líquido</b>	<b>710,5</b>	<b>439,8</b>	<b>61,6%</b>
<b>Dívida Líquida<sup>1</sup></b>	<b>671,0</b>	<b>397,2</b>	<b>68,9%</b>

<sup>1</sup> Exclui obrigações com Poder Concedente e Arrendamentos a Pagar

**Investimentos:** Os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R\$489,3 milhões em 2023.

CAPEX (em milhões de R\$)	Intangível/Imobilizado	2023	Custo de Manutenção/Construção	Total
Ecovias do Araguaia	488,4	0,9	489,3	

CAPEX (em milhões de R\$)	2023	2022	2021
Hardware e equipamentos de pedágio	6,5	2,1	-
Máquinas e equipamentos/móveis e utensílios	4,9	0,1	-
Contrato de concessão	3,2	385,1	-
Intangível em andamento	474,7	54,6	-
Software de terceiros	0,0	0,2	-
<b>Total</b>	<b>489,3</b>	<b>442,0</b>	<b>-</b>

A tabela abaixo demonstra os valores dos investimentos acumulados desde o início da concessão.

Investimentos (em milhões de R\$)	2023	2022	Acumulado até 2021
Intangível	478,0	793,9	439,8
Imobilizado	11,4	81,3	2,2
<b>Total</b>	<b>489,3</b>	<b>875,2</b>	<b>442,0</b>

**Valor Adicionado:** Em 2023, o valor adicionado líquido gerado como riqueza atingiu R\$360,7 milhões, isto é, 38,7% de representatividade em relação à receita operacional bruta, 35,1 p.p. superior ao ano anterior, quando o valor adicionado foi de R\$31,9 milhões e a representatividade de 3,6%.

Demonstração do Valor Adicionado (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Valor adicionado líquido	360,7	31,9	n.m.
Receita operacional bruta	931,0	890,4	4,6%
Representatividade	38,7%	3,6%	35,1 p.p.

O valor distribuído de ISS (Imposto Sobre Serviço) para as prefeituras em 2023 foi de R\$23,7 milhões.

Impostos Municipais repassados (em milhões de R\$)	2023	2022	Acumulado até 2021
ISS - Imposto Sobre Serviço	23,7	5,4	-

**Dividendos e Juros sobre capital próprio:** Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram pagos R\$80.453 mil à título de dividendos e juros sobre o capital próprio. Para maiores informações, vide Nota Explicativa nº 20 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

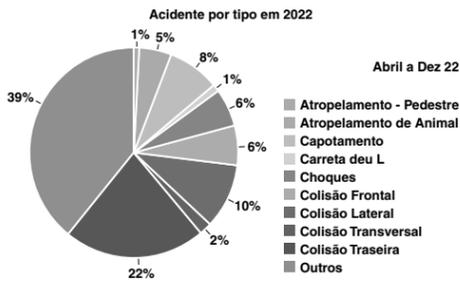
**Planejamento e Gestão empresarial:** O êxito que a Ecovias do Araguaia vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor de transportes se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial. No 3º Trimestre de 2023, a Concessionária manteve as ações necessárias para continuidade do projeto de implementação do Sistema de Gestão Integrado (SGI) e obteve os certificados: - ABNT ISO 9001:2015 (gestão da qualidade); - ABNT ISO 14001:2015 (gestão ambiental); e - ABNT ISO 39001:2015 (gestão em segurança viária). Além das certificações acima mencionadas, que foram previstas nos instrumentos contratuais, a Concessionária também obteve a certificação ABNT ISO 45001:2018 (gestão em saúde e segurança ocupacional). O sistema de gestão da qualidade tem como objetivo a melhoria contínua a partir de seus princípios fundamentais: • Foco no cliente; • Liderança; • Abordagem do processo; • Melhoria; • Tomada de decisão baseada em evidência; • Gestão de relacionamento.

**Recursos Humanos:** Em 2023, a Concessionária investiu R\$37,5 mil (R\$19,2 mil em 2022), em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional de seus empregados, a fim de manter a Companhia a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais. Os funcionários alocados na concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados em 31 de dezembro de 2023. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Funcionários alocados na concessão		
Descrição do Cargo	Qtde	(Qtde/VDMA)*10.000
ANALISTA PLANEJAMENTO OBRAS	2	0,14
AUXILIAR/ASSISTENTE SISTEMA RODOVIÁRIO	19	1,32
AUXILIAR MANUTENÇÃO	19	1,32
CONTROLADOR CCO	4	0,28
CONTROLADOR SISTEMA RODOVIÁRIO	18	1,25
COORDENADOR CONSERVAÇÃO	1	0,07
COORDENADOR OPERAÇÕES RODOVIARIAS	2	0,14
COORDENADOR DE OBRAS/MANUTENÇÃO	3	0,21
ASSISTENTE PLANEJAMENTO MANUTENÇÃO	1	0,07
ASSISTENTE ENGENHARIA	2	0,14
ENGENHEIRO	7	0,49
FISCAL/ANALISTA FAIXA DE DOMÍNIO	3	0,21
OPERADOR PEDAGIO	192	13,35

... continuação

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO ARAGUAIA S.A. - CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090



**Dados de Operação da Concessão:** Veículos Alocados: Os veículos alocados na operação da concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados de 2023. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise. O resultado é apresentado em Qtde/100 km.

Tipo de veículo	Qtde	Qtde/100 km
Viatura de inspeção	11	1,3
Guincho Leve	10	1,2
Guincho Super Pesado	4	0,5
Caminhão Pipa	4	0,5
Caminhão Boiadeiro	4	0,5
Ambulância Simples	16	1,9
UTI	4	0,5
<b>Total de veículos operacionais</b>	<b>53</b>	<b>6,2</b>
Administração	3	0,4
Pedágio	4	0,5
Engenharia	17	2,0
Conservação	9	1,1
Tráfego	4	0,5
Manutenção	10	1,2
ANTT	3	0,4
CSU e RH	3	0,4
Diretor	2	0,2
<b>Total de veículos de apoio</b>	<b>55</b>	<b>6,5</b>
<b>Total de veículos aplicados na concessão</b>	<b>108</b>	<b>12,7</b>

**Concessionária em números**

Dados anuais e por empresa	Referência
Número de quilômetros mantidos	850,7 km
Classe 01:	9.452.347
Classe 02:	1.196.274
Classe 03:	0
Classe 04:	1.486.876
Classe 05:	0
Classe 06:	1.014.167
Classe 07:	905.921
Classe 08:	2.022.329
Classe 09:	668.841
Classe 10:	43.233
Catesp 9:	10.281
Catesp 10:	913.972
Moto:	282.691
Semi Reboque:	194.064
Reboque:	26.181
Ônibus 2 eixos:	0
Ônibus 3 eixos:	0
Ônibus 4 eixos:	0
Especial:	0
Dummy:	1
Tarifa	Informações Detalhadas no item - Tarifa
Número de praças de pedágio	9 (nove)
Índice de congestionamento	N/A por velocidade média de veículos
Trânsito Médio Diário Equivalente	146.491
Trânsito médio anual equivalente (VDM Eixos)	146.388
Equipamentos utilizados pela concessionária	Veículos, Balança, Maquinaria, etc.
Índices de qualidade de estrada	N/A
Receita de pedágio em 2023	R\$ 520,6 milhões
Custos associados às receitas de pedágio em 2023	R\$ 189,4 milhões
<b>Fator Trabalho</b>	
Número de trabalhadores	397 funcionários
Despesas com pessoal no 2023	R\$ 29,4 milhões
<b>Fator Capital</b>	
Despesas de depreciação no 2023	R\$ 60,8 milhões
Ativo líquido	R\$ 429,6 milhões
Ativo bruto	R\$ 4.670,2 milhões
Série histórica de investimentos até 2023	R\$ 1.806,5 milhões
Custo de oportunidade de capital em 2022	9,88%
<b>Fatores Intermediários</b>	
Despesas de administração no 2023	R\$ 24,6 milhões
Despesas com manutenção no 2023	R\$ 22,9 milhões
Outras despesas	R\$ 11,6 milhões
<b>Seguridade</b>	
Quantidade de acidentes	Sem feridos: 852 Com feridos: 323 Com mortos: 48
<b>Indicadores</b>	
Tarifa média	R\$ 10,37
Custo por veículo ou km	R\$ 3,77

**Balanco Social**

1 - Base de cálculo	2023		2022	
	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	Valor em R\$ mil	% sobre FPB
Faturamento Bruto	930.959		890.376	
Receita líquida (RL)	888.044		880.689	
Resultado Operacional (RO)	288.362		3.521	
Folha de Pagamento bruta (FPB)	29.359		16.363	
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	29.359		16.363	
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços	0		0	

2 - Indicadores sociais internos	2023		2022	
	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	Valor em R\$ mil	% sobre FPB
Alimentação	2.105	13%	926	6%
Encargos sociais	5.075	31%	3.120	19%
Previdência privada	234	1%	201	1%
Saúde	2.696	16%	971	6%
Segurança e Saúde no trabalho	81	0%	15	0%
Educação	9	0%	8	0%
Cultura	0	0%	0	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	37	0%	19	0%
Creches ou auxílio creche	48	0%	25	0%
Participação nos lucros ou resultados	1.222	7%	1.285	8%
Outros	0	0%	0	0%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>11.507</b>	<b>70%</b>	<b>6.570</b>	<b>40%</b>

3 - Indicadores sociais externos	2023		2022	
	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	Valor em R\$ mil	% sobre FPB
Educação	5	0%	0	0%
Cultura	16	0%	0	0%
Saúde e saneamento	0	0%	0	0%
Esporte	70	0%	0	0%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0%	0	0%
Outros	38	0%	0	0%
<b>Total de contribuições à sociedade</b>	<b>129</b>	<b>1%</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>
Tributos (Exceto encargos sociais)	0	0%	0	0%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>129</b>	<b>1%</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>

4 - Indicadores ambientais	2023		2022	
	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	Valor em R\$ mil	% sobre FPB
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária	1.055	6%	442	3%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	541	3%	0	0%
<b>Total de investimentos em meio ambiente</b>	<b>1.596</b>	<b>10%</b>	<b>442</b>	<b>3%</b>

Quando ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária	(X) Não possui metas ( ) Cumpre de 0 a 50% ( ) Cumpre de 50 a 75% ( ) Cumpre de 75 a 100%	( ) Não possui metas ( ) Cumpre de 0 a 50% ( ) Cumpre de 50 a 75% (X) Cumpre de 75 a 100%
--	--	--

5 - Indicadores do corpo funcional	2023		2022	
	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	Valor em R\$ mil	% sobre FPB
Nº de colaboradores ao final do período	337		339	
Tempo de serviço	18% até seis meses 15% de seis meses a um ano 58% entre um e dois anos 4% entre dois e cinco anos 5% mais de cinco anos		10% até seis meses 78,8% de seis meses a um ano 5% entre um e dois anos 1,8% entre dois e cinco anos 4,4% mais de cinco anos	

Nº de admissões durante o período	125	283
Nº de demissões durante o período	128	43
Nº de colaboradores terceirizados	1.406	0
Nº de estagiários (as)	0	0
Nº de colaboradores com até 18 anos	0	0
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	117	111
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	201	214
Nº de colaboradores acima de 45 anos	19	14
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	206	218
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0,0	50,0
Remuneração paga a mulheres no período	7.600.620	4.375.002
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	173	147
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0	0

Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	2	1
Total de horas extras trabalhadas	50.190	16.838
Total de horas extras pagas	782.309	292.898
Total de INSS pagos	3.766	
Total de FGTS pago	1.309	
Total de Contribuição Sindical paga	143	88
Total de demais encargos sociais pagos	0	0
Total de ICMS recolhidos no período	0	0
Total de IR recolhido no período	10.025	129
Total de CSLL recolhidos no período	1.877	48
Total de PIS recolhidos no período	0	-88
Total de COFINS recolhidos no período	0	-539
Total de outros tributos recolhidos no período	23.715	5.419

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	4275%	4273%

Número total de acidentes de trabalho	30	7
---------------------------------------	----	---

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	( ) direção (X) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores	( ) direção (X) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores
---	---	---

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por	( ) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores (X) todos + CIPA	(X) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores ( ) todos + CIPA
---	--	--

Quando a liberalidade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária	( ) não se envolve (X) segue as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT	( ) não se envolve (X) segue as normas da OIT ( ) incentiva as normas da OIT
---	--	--

A previdência privada contempla	( ) direção ( ) direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	( ) direção ( ) direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
---------------------------------	---	---

A participação nos lucros ou resultados contempla	( ) direção ( ) direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	( ) direção ( ) direção e gerenciais ( ) todos os colaboradores
---	---	---

Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária	( ) não são considerados ( ) são sugeridos (X) são exigidos	( ) não são considerados ( ) são sugeridos (X) são exigidos
--	---	---

Quando a participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária	( ) não se envolve ( ) apóia (X) organiza e incentiva	( ) não se envolve ( ) apóia (X) organiza e incentiva
--	---	---

% de reclamações e críticas solucionadas	98,8% na Concessionária 1,0% no PROCON 0,2% na Justiça	98,8% na Concessionária 1,0% no PROCON 0,2% na Justiça
--	--	--

Valor adicionado total a distribuir			
Distribuição do Valor Adicionado	32,1% governo 48,5% acionistas 7,5% colaboradores 11,9% terceiros	24,8% governo 23,6% acionistas 20,7% colaboradores 30,9% terceiros	

**RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES:** Informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2023: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Os honorários relativos ao exercício de 2023 totalizaram R\$ 170,7 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente.

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA:** A Diretoria da Concessionária Ecovias do Araguaia S.A., declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Anápolis - GO, 13 de março de 2024.

A Administração

**BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R\$)**

Ativo	Nota explicativa	2023		2022	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	342.312	157.352	47.069	20.896
Aplicações financeiras	6	24.725	7.767	2.308	-
Aplicações financeiras - conta reserva	7	25.810	23.310	17.767	20.838
Clientes	8	39.223	29.859	11.957	9.669
Tributos a recuperar		1.669	12.247	7.539	5.938
Despesas antecipadas		410	1.793	3.613	2.949
Partes relacionadas	16	2	201	48.511	41.064
Outros créditos	9.a)	29.407	23.014	6.304	8.765
Total do ativo circulante		463.558	255.543	120.232	6.982
<b>Não circulante</b>					
Aplicações financeiras - conta reserva	7	36.748	23.944	16.984	614
Outros créditos		4.594	592	25.233	4.434
Outros créditos - conta reserva - poder concedente	9.b)	1.301.050	1.123.688	8.618	4.940
Imobilizado	10	69.018	75.018	206.135	127.089
Intangível	11	2.795.239	2.355.148	468.690	-
Total do ativo		4.670.207	3.833.383	1.411.785	588.162
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores				13	2.308
Empréstimos e financiamentos				14	17.767
Debêntures				15	11.957
Passivo de arrendamento				15	7.539
Impostos, taxas e contribuições a recolher				16	48.511
Obrigações sociais e trabalhistas				18	6.304
Partes Relacionadas				18	48.511
Obrigações com poder concedente				18	6.304
Provisão para imposto de renda e contribuição social				12.c)	10.232
Provisão para construção de obras				17	16.984
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar				20.d)	25.233
Outras contas a pagar					8.618
Total do passivo circulante					206.135
<b>Não Circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos				13	468.690
Debêntures				14	611.785
Passivo de arrendamento				15	26.525
Tributos diferidos				12.a)	18.143
Obrigações com poder concedente				18	1.295.786
Provisão para perdas civis e trabalhistas				19	311
Provisão para construção de obras				17	-
Outras contas a pagar					17.930
Total do passivo não circulante					2.439.170
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social				20.a)	1.922.551
Reserva legal				20.b)	10.411
Reserva de lucros - orçamento de capital				20.c)	-
Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos				20.d)	91.940
Total do patrimônio líquido					2.024.902
Total do passivo e patrimônio líquido					4.670.207

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Receita líquida	Nota explicativa	2023		2022	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	21	888.044	880.689	888.044	880.689
Custo dos serviços prestados	22	(575.039)	(855.431)	(575.039)	(855.431)
<b>Lucro bruto</b>		<b>313.005</b>	<b>25.258</b>	<b>313.005</b>	<b>25.258</b>
Despesas gerais e administrativas	22	(24.633)	(21.736)	(24.633)	(21.736)
Outras despesas e receitas líquidas		(10)	(1)	(10)	(1)
<b>Lucro operacional</b>		<b>288.362</b>	<b>3.521</b>	<b>288.362</b>	<b>3.521</b>
Receitas financeiras	23	28.834	47.097	28.834	47.097
Despesas financeiras	23	(45.945)	(22.030)	(45.945)	(22.030)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(17.111)	25.067	(17.111)	25.067
<b>Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>271.251</b>	<b>28.588</b>	<b>271.251</b>	<b>28.588</b>
Imposto de renda e contribuição social	12	(82.470)	(9.917)	(82.470)	(9.917)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>188.781</b>	<b>18.671</b>	<b>188.781</b>	<b>18.671</b>
<b>Lucro por ação - básico e diluído (em reais)</b>	24	<b>0,09819</b>	<b>0,00971</b>	<b>0,09819</b>	<b>0,00971</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R\$)**

... continuação

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO ARAGUAIA S.A. - CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			Partes relacionadas - fornecedores	7.447	35.394
Lucro líquido do período	188.781	18.671	Impostos, taxas e contribuições a recolher	1.601	5.012
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido			Pagamento de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	(28)	-
com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			Pagamento de obrigações com poder concedente	(12.486)	(11.110)
Depreciações e amortizações	60.828	22.297	Pagamento de provisão para construção de obras	(921)	(517)
Perda/baixa de ativo imobilizado e do intangível	745	1.022	Outras contas a pagar	7.425	18.441
Capitalização de juros	(45.296)	(7.884)	Imposto de renda e contribuição social pagos	(63.766)	(246)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo de arrendamentos	82.585	26.976	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	338.391	82.769
Provisão e atualização monetária de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	339	-	<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Atualização monetária sobre provisão para construção de obras	1.253	619	Aquisição de imobilizado	(11.380)	(81.265)
Obrigações com poder concedente	12.532	11.190	Aquisição de intangível	(431.745)	(785.482)
Tributos diferidos	15.454	2.689	Aplicações financeiras	(16.958)	19.803
Provisão para imposto de renda e contribuição social	67.016	7.228	Aplicações financeiras - conta reserva	(11.498)	(46.100)
Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva	(4.356)	(604)	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(471.581)	(893.044)
Varição nos ativos operacionais:			<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Clientes	(9.364)	(29.859)	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(80.453)	(182)
Partes relacionadas - clientes	199	(128)	Pagamento de arrendamentos	(10.362)	(6.167)
Tributos a recuperar	10.578	(9.664)	Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	(50.450)	(878)
Despesas antecipadas	1.383	(432)	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	459.415	582.902
Outros créditos	(10.395)	(20.000)	Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	318.150	575.675
Varição nos passivos operacionais:			<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes</b>		
Fornecedores	26.173	12.281	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	157.352	391.952
Obrigações sociais e trabalhistas	664	1.393	Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	342.312	157.352
			<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes</b>	184.960	(234.600)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. ("Ecovias do Araguaia" ou "Companhia"), é uma Sociedade de Propósito Específico, foi constituída em 22 de novembro de 2011, e tem por objeto social específico, único e exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, foi assinado em 29 de setembro de 2021, e o Termo de Arrolamento e Transferência de Bens firmado em 08 de outubro de 2021, e possui prazo final em 08 de outubro de 2056. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota 18.c. A sede da Companhia está localizada na Avenida Juscelino Kubitschek, 500 - Jundiá, no município de Anápolis - GO. As ações da Companhia são de titularidade da Holding do Araguaia S.A., sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Tortona - Itália. As ações da Companhia não são negociadas em Bolsa de Valores, entretanto, a Companhia possui registro na categoria "B", na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Em 12 de março de 2024, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras. a) Visão ASG - Ambiental, Social e Governança (ESG - *Environmental, Social and Governance* na sigla em inglês): Como o objetivo de trabalhar os temas ESG e contribuir com a Sustentabilidade do nosso negócio, o Grupo EcoRodovias, aprovou a sua Agenda ESG 2030, no Conselho de Administração. Dentro dessa agenda, o Grupo EcoRodovias traça diversos compromissos, incluindo o pilar de estratégia climática, relacionada a mitigação das emissões dos gases de efeito estufa. Para maiores informações vide o Relatório Integrado 2023 da EcoRodovias. O objetivo do Grupo EcoRodovias é reduzir em 42% suas emissões de gases de efeito estufa dos escopos 1 e 2 até 2030 com relação ao ano de 2020 e em 11% as emissões de escopo 3 em relação a 2021. Para atingir essa meta, o Grupo EcoRodovias trabalhou para estabelecer os alicerces de um plano de descarbonização. Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono para todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e escopo 2 (aquisição de energia elétrica) que porventura não puderem ser eliminadas por suas ações de mitigação. A prática de aquisição de créditos de carbono ocorre desde 2013 e será mantida no decorrer dos próximos anos. Outro compromisso da Agenda ESG 2030 é com relação à adaptação do Grupo EcoRodovias às mudanças climáticas. Nesse tópico, o Grupo EcoRodovias já realizou estudos com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos no médio e longo prazo (anos de 2030 e 2050). Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados no estudo, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda da receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos, custos diretos para saneamento do evento, seguros, processos jurídicos e de multas), no caso da Companhia não adotar medidas de adaptação. Os estudos serão atualizados no ano de 2024 com o objetivo de incluir os riscos de transição nas análises, bem como as medidas de adaptação já implementadas. Os resultados desses trabalhos são incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura. b) Conflito entre Rússia e Ucrânia: Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições à exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contremedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, afetaram indiretamente os negócios da Companhia, em razão do aumento de preço de alguns insumos usados pela Companhia. c) Reforma tributária sobre o consumo: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. d) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: • Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. • Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. • Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do Modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo a taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. As alterações mencionadas acima não causaram impactos materiais para a Companhia.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS"), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

## 3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. a) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando estes forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de

ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros:** Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. **Classificação dos ativos financeiros:** Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Custo amortizado:** O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. Para ativos financeiros, exceto para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica "Receitas financeiras" (Nota 23). **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descausamento contábil. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. **Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios; (ii) mantido para negociação; ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perdas por redução ao valor recuperável de ativos específicos: **Ativos intangíveis:** O Contrato de Concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reajustes junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicadores (internos ou externos) de *impairment* descritos na Nota 11.e, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. c) Provisões gerais: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que ocorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras com a transação em questão. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. e) Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures: Os custos dos empréstimos, financiamentos e das debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de debêntures são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. f) Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão: Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente com base no Contrato de Concessão. A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de trânsitos na rodovia administrada pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI): no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente, transação a transação. A Companhia possui mecanismo de Desconto Básico de Tarifa (DBT), no qual os usuários que utilizarem meios de pagamento eletrônico e identificação automática de veículo (AVI), terão direito a um desconto incondicional de 5% (cinco por cento) sobre a tarifa de pedágio. Em relação ao Desconto Básico de Tarifa (DBT), uma vez que é um desconto incondicional, a receita é demonstrada pelo seu valor líquido, ou seja, 95% do valor da Tarifa Base de Pedágio. A Companhia possui também mecanismo de retenção sobre a receita bruta auferida, para ser utilizado eventualmente em futuros reajustes contratuais, de acordo com o contrato de concessão (vide Notas 9 e 18). g) Arrendamento: A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receitas</b>		
Com arrecadação de pedágio	520.574	116.719
Com construção	410.310	773.657
Outras receitas	75	-
	930.959	890.376
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Custo dos serviços prestados	(491.638)	(820.502)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(17.614)	(15.623)
Outros	(206)	(7)
	(509.458)	(836.132)
<b>Valor adicionado bruto</b>	421.501	54.244
<b>Depreciações e amortizações</b>	(60.828)	(22.297)
Outras receitas (despesas), líquidas	(10)	(1)
<b>Valor adicionado líquido produzido produzido pela companhia</b>	360.663	31.946
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	28.834	47.097
Receitas financeiras	28.834	47.097
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	389.497	79.043
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	389.497	79.043
Pessoal	29.359	16.363
Remuneração direta	23.005	13.636
Benefícios	4.988	2.037
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	1.366	690
Impostos, taxas e contribuições	125.179	19.597
Federais	101.474	14.178
Municipais	23.705	5.419
Remuneração de capitais de terceiros	46.178	24.412
Juros	5.690	14.270
Aluguéis	233	2.382
Outros efeitos financeiros	40.255	7.760
Remuneração de capitais próprios	188.781	18.671
Reserva Legal	9.439	934
Juros sobre capital próprio pagos	29.686	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	4.434
Dividendos intermediários	57.716	-
Dividendo adicional proposto	91.940	-
Orçamento de capital	-	13.303

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

arrendamento com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC da Companhia (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês). h) Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). • Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitem aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • Alteração ao IFRS 16 - "Arrendamentos": a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e locação ("sale and leaseback"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e locação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revisados" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e locação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. • Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação": a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("supplier finance arrangements" - SFAs) com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs; (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em (i). (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros: O IASB forneceu informação temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração entra em vigor em 1º de janeiro de 2024. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. i) Lucro básico e diluído por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição. j) Benefícios a empregados - Plano de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. k) Demonstração do valor adicionado (DVA): A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado" e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. l) Participação nos lucros: A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes, ao EBITDA (*Earnings Before Income Taxes, Depreciation and Amortization*), e metas individuais de cada colaborador. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*contractive obligation*).

## 4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contemplados a seguir: • Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes; • Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; • Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e • *Impairment*: Atualmente, a Administração testa eventuais perdas (*impairment*), de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.b. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 11.e). **Contabilização do Contrato de Concessão:** Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. **Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis:** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento

continua ...

... continuação

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO ARAGUAIA S.A. - CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090

dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionada e que represente potencial de geração de benefícios econômicos futuros / receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. **Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão:** A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão. **Determinação das receitas de construção:** A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICP01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do poder concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta prática de mercado das empresas de concessão rodoviária. **Capitalização dos custos de empréstimos, financiamentos e debêntures:** Conforme descrito na Nota 3.e, a Companhia capitaliza os custos de empréstimos, financiamentos e de debêntures diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures, no encerramento de cada mês. **Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos:** A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2023, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue: a) **Provisão para construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão** cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto de 8,72% a.a.. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base o Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (Weighted Average Cost of Capital - WACC na sigla em inglês) calculado por consultoria externa e corroborado pela administração da Companhia.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

**Política contábil:** A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor e para utilização em compromissos de curto prazo.

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos.....	5.283	6.073
Equivalentes de caixa:		
Fundo de investimento (a).....	74.732	151.064
Operações compromissadas (b).....	124.944	-
Certificado de depósito bancário CDB (c).....	134.608	-
Aplicações automáticas (d).....	2.745	215
	<u>342.312</u>	<u>157.352</u>

(a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria "renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda de valor. Com base em seu regulamento, o Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2023 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 75,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 24,9% aplicações em Cotas de Fundo. Em 31 de dezembro de 2022 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 95,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 4,9% aplicações em Cotas de Fundo. As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 102,8% em 31 de dezembro de 2023 (103,4% em 31 de dezembro de 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remunerados à taxa de 95% do CDI em 31 de dezembro de 2023, sem o risco de perda significativa no valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e estão aplicadas a curtíssimo prazo sendo utilizados antes de 30 dias e não sofrem incidência de IOF. (c) Os recursos vinculados às aplicações financeiras em CDB são remunerados à taxa média ponderada de 103,1% do CDI em 31 de dezembro de 2023, sem o risco de perda significativa no valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. (d) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicações automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, a Companhia mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis. O aumento expressivo nos saldos de "Caixa e equivalentes de caixa", deve-se à liberação de empréstimos e financiamentos do BASA e BNDES, conforme evidenciado na Nota 13.

## 6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2023	31/12/2022
Cotas Fundo - BTG CDB Plus (a).....	24.228	7.767
Cotas Fundo - FIDC_ECO (b).....	497	-
	<u>24.725</u>	<u>7.767</u>

a) Em 31 de dezembro 2023 e 31 de dezembro de 2022, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo emitido pelo Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB Plus), remunerado à taxa média ponderada de 102,8% do CDI (103,4% em 31 de dezembro de 2022), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possui Liquidez Diária. b) Em 31 de dezembro de 2023, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo de Direitos Creditórios do Grupo Ecordovias com gestão e administração do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo FIDC\_ECO), remunerado à taxa média ponderada de 102,8% do CDI (103,4% em 31 de dezembro de 2022), vinculado ao fundo de investimento.

## 7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CONTA RESERVA - VINCULADOS

	31/12/2023	31/12/2022
Fundo de investimento.....	62.558	46.704
	<u>62.558</u>	<u>46.704</u>
Circulante.....	25.810	23.310
Não circulante.....	36.748	23.394

Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa média ponderada de 97,9% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (98,5% em 31 de dezembro de 2022) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como aplicações financeiras - conta reserva por estarem vinculadas ao processo de liquidação das Debêntures da Companhia como garantia de parte do pagamento de juros e principal.

## 8. CLIENTES

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes de receitas acessórias. A composição está assim representada:

	31/12/2023	31/12/2022
Pedágio eletrônico (a).....	34.143	29.683
Receitas acessórias (b).....	10	-
Outras contas a receber (c).....	5.070	176
	<u>39.223</u>	<u>29.859</u>

(a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio. (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão. (c) Representados, substancialmente, por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio recebidas na modalidade "cartão de crédito". O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer.....	39.223	29.859
	<u>39.223</u>	<u>29.859</u>

## 9. OUTROS CRÉDITOS

a) Ativo circulante: O valor alocado na rubrica "Outros créditos" no ativo circulante refere-se substancialmente a custos antecipados de empréstimos, que serão reclassificados para "Empréstimos e financiamentos", quando da emissão das dívidas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Banco da Amazônia S.A. - BASA (R\$28.802 em 31 de dezembro de 2023 e R\$14.050 em 31 de dezembro de 2022).

b) Conta reserva - poder concedente

	31/12/2023	31/12/2022
Recurso vinculado.....	1.301.050	1.123.688
	<u>1.301.050</u>	<u>1.123.688</u>

Para atendimento ao item 8.3 do edital de concessão nº 01/2021 BR153/414/080/TO/GO, a Companhia, constituiu Conta de Aporte de titularidade da Concessionária e de movimentação sendo certo que, no ato de sua constituição, foram outorgados poderes para movimentação da conta aporte perante o Banco Depositário exclusivamente pela ANTI, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga. O montante registrado foi de R\$1.072.617, sendo sua contrapartida na rubrica "Obrigações com poder concedente", cuja função é garantir a sustentabilidade

econômico-financeira da concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto do Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados), cujo saldo remanescente ao final do contrato de concessão será transferido à Conta do Tesouro, de acordo com a cláusula 30.12.1 do Contrato de Concessão da Companhia. Em 26 de agosto de 2022, a conta vinculada, passou a ser conta de aplicação e receber receita de aplicações financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante registrado à título de "receita de aplicação financeira" é de R\$118.897, líquido de IRRF e IOF (R\$37.628 em 31 de dezembro de 2022). Adicionalmente, conforme cláusula 11 do contrato de concessão, é realizada a retenção sobre a receita bruta auferida, para eventual utilização em futuros reequilíbrios contratuais dos seguintes percentuais: 3% ao longo de todo prazo de concessão, e 7% do primeiro ao décimo ano da concessão. O montante retido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$58.465 (R\$13.443 em 31 de dezembro de 2022).

## 10. IMOBILIZADO

**Política contábil:** O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Total
Taxa anual de depreciação - %.....	20,0	10,0	10,0
Taxa média ponderada de depreciação - %	20,2	11,0	10,2

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Total
Custo				
Saldo em 31/12/2022.....	72.461	5.356	6.214	84.031
Adições.....	6.467	4.552	361	11.380
Baixas.....	(665)	-	-	(665)
Transferências.....	54	(93)	-	(39)
Saldo em 31/12/2023.....	<u>78.317</u>	<u>9.815</u>	<u>6.575</u>	<u>94.707</u>

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Total
Depreciação				
Saldo em 31/12/2022.....	(8.611)	(170)	(232)	(9.013)
Adições.....	(15.200)	(829)	(655)	(16.684)
Baixas.....	8	-	-	8
Saldo em 31/12/2023.....	<u>(23.803)</u>	<u>(999)</u>	<u>(887)</u>	<u>(25.689)</u>

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Total
Residual				
Saldo em 31/12/2022.....	54.514	8.816	5.688	69.018
Saldo em 31/12/2023.....	<u>63.850</u>	<u>5.186</u>	<u>5.982</u>	<u>75.018</u>

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Total
Taxa anual de depreciação - %.....	20,0	10,0	10,0
Taxa média ponderada de depreciação - %	22,8	5,3	7,8

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Total
Custo				
Saldo em 31/12/2021.....	2.140	-	59	2.199
Adições.....	70.433	4.274	6.558	81.265
Baixas.....	(112)	-	(605)	(717)
Transferências.....	-	1.082	202	1.284
Saldo em 31/12/2022.....	<u>72.461</u>	<u>5.536</u>	<u>6.214</u>	<u>84.031</u>

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Total
Depreciação				
Saldo em 31/12/2021.....	(111)	-	(2)	(113)
Adições.....	(8.500)	(170)	(230)	(8.900)
Saldo em 31/12/2022.....	<u>(8.611)</u>	<u>(170)</u>	<u>(232)</u>	<u>(9.013)</u>

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Total
Residual				
Saldo em 31/12/2022.....	63.850	5.186	5.982	75.018
Saldo em 31/12/2021.....	<u>2.029</u>	<u>-</u>	<u>57</u>	<u>2.086</u>

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não havia bens do ativo imobilizado vinculadas como garantia de qualquer natureza. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

## 11. INTANGÍVEL

**Política contábil:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

	Contrato de concessão (a)	Intangível em andamento (b)	Software de terceiros	Direito de uso CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %.....	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %.....	(c)	-	20,0	(d)	-

	Contrato de concessão (a)	Intangível em andamento (b)	Software de terceiros	Direito de uso CPC 06 (R2)	Total
CUSTO					
Saldos em 31/12/2022.....	1.687.841	628.619	4.320	47.768	2.368.548
Adições.....	2.277	474.740	24	7.243	484.284
Baixas.....	(88)	-	-	-	(88)
Transferências.....	97.381	(97.342)	-	-	39
Saldos em 31/12/2023.....	<u>1.787.411</u>	<u>1.006.017</u>	<u>4.344</u>	<u>55.011</u>	<u>2.852.783</u>

	Contrato de concessão (a)	Intangível em andamento (b)	Software de terceiros	Direito de uso CPC 06 (R2)	Total
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2022.....	(6.434)	-	(502)	(6.464)	(13.400)
Adições.....	(32.436)	-	(868)	(10.840)	(44.144)
Saldos em 31/12/2023.....	<u>(38.870)</u>	<u>-</u>	<u>(1.370)</u>	<u>(17.304)</u>	<u>(57.544)</u>

	Contrato de concessão (a)	Intangível em andamento (b)	Software de terceiros	Direito de uso CPC 06 (R2)	Total
RESIDUAL					
Em 31/12/2023.....	1.748.541	1.006.017	2.974	37.707	2.795.239
Em 31/12/2022.....	<u>1.681.407</u>	<u>628.619</u>	<u>3.818</u>	<u>41.304</u>	<u>2.355.148</u>

	Contrato de concessão (a)	Intangível em andamento (b)	Software de terceiros	Direito de uso CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %.....	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %.....	(c)	-	22,2	(d)	-

	Contrato de concessão (a)	Intangível em andamento (b)	Software de terceiros	Direito de uso CPC 06 (R2)	Total
CUSTO					
Saldos em 31/12/2021.....	1.469.664	54.595	184	-	1.524.443
Adições.....	118.067	675.723	4.136	47.768	845.694
Baixas.....	(305)	-	-	-	(305)
Transferências.....	100.415	(101.699)	-	-	(1.284)
Saldos em 31/12/2022.....	<u>1.687.841</u>	<u>628.619</u>	<u>4.320</u>	<u>47.768</u>	<u>2.368.548</u>

	Contrato de concessão (a)	Intangível em andamento (b)	Software de terceiros	Direito de uso CPC 06 (R2)	Total
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2021.....	-	-	(3)	-	(3)
Adições.....	(6.434)	-	(499)	(6.464)	(13.397)
Saldos em 31/12/2022.....	<u>(6.434)</u>	<u>-</u>	<u>(502)</u>	<u>(6.464)</u>	<u>(13.400)</u>

	Contrato de concessão (a)	Intangível em andamento (b)	Software de terceiros	Direito de uso CPC 06 (R2)	Total
RESIDUAL					
Em 31/12/2022.....	1.681.407	628.619	3.818	41.304	2.355.148
Em 31/12/2021.....	<u>1.469.664</u>	<u>54.595</u>	<u>181</u>	<u>-</u>	<u>1.524.440</u>

a) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária tais como implantações de infraestrutura para as praças de pedágios e ao Ônus de Concessão. b) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no ano de 2023 referem-se a: infraestrutura de bases operacionais e de praças de pedágio, reabilitação de pavimento, elementos de proteção, sistema de drenagem, canteiro central e faixa de domínio e início das obras de ampliação de capacidade. c) As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2023 foram de 1,82% a.a. (0,40% em 31 de dezembro de 2022). d) Amortização realizada conforme prazo de contrato de arrendamentos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram capitalizados R\$45.296 referentes a encargos financeiros de investimentos vinculados a intangível em andamento (obtidos através do cálculo dos juros incorridos sobre os empréstimos, financiamentos e debêntures, descontadas as receitas financeiras), e o Impairment: A Administração da Companhia contratou consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, na data-base de 31 de dezembro de 2023. O valor em uso foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção; as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos, capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCFF ou Free Cash Flow to Firm), cujas perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Moeda de projeções: BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto: metodológica do WACC (ou CMPC na sigla em português), em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (Weighted Average Cost of Capital) foi estimado com base

em premissas de mercado e de empresas comparáveis à Companhia, resultando em: 10,21% a.a. (13,44% antes dos impostos). Com base nos procedimentos realizados relacionados à avaliação sobre o valor recuperável dos ativos intangíveis, a Administração da Companhia não identificou ajuste de impairment a ser constituído no resultado do exercício.

## 12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

**Política contábil:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera e seja recuperado. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável. a) Tributos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir

... continuação

## CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO ARAGUAIA S.A. - CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	609.000	609.000
Adições (custos)	(5.577)	582.902
Encargos financeiros	69.096	26.098
Saldo no fim do exercício	629.552	609.000

1ª Emissão de Debêntures: Em 04 de julho de 2022, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a 1ª emissão de debêntures, simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$600.000, na data de emissão, pela Companhia, as quais foram objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob regime de melhores esforços de colocação. As debêntures contam com o incentivo fiscal, para os debenturistas que adquiriram os referidos papéis, previsto no artigo 2º da Lei 12.431, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Resolução do Conselho Monetário Nacional "CMN" nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011, na Resolução CMN nº 4.751, de 26 de setembro de 2019, sendo a totalidade dos recursos captados aplicados no custeio das despesas já incorridas nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à data de encerramento da oferta, no pagamento de dívidas contratadas e de novos investimentos relativos a Concessão, tendo em vista o enquadramento do projeto ("Contrato de Concessão"), como projeto prioritário pelo Ministério da Infraestrutura, por meio da Portaria do MI nº 1.143, expedida em 30 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 01 de outubro de 2021. A emissão é composta por 60.000 (sessenta mil) debêntures pelo valor nominal de R\$10, na data de emissão. O prazo de vencimento das debêntures será de 349 meses contados da data de emissão, vencendo-se as debêntures, portanto em 15 de julho de 2051, sendo que o pagamento do principal será realizado em 51 parcelas semestrais consecutivas, devidas sempre nos dias 15 de janeiro e julho, sendo que a primeira será devida em 15 de julho de 2026, e os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, sempre nos dias 15 de janeiro e julho, sendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2023. As referidas debêntures serão remuneradas pelo IPC-A+6,66% a.a. A entrada de recursos da referida debênture ocorreu em 14 de julho de 2022. O contrato requer a manutenção de certos índices financeiros ("covenants"), que serão medidos ao longo do contrato: (i) emissora: (a) EBITDA Ajustado, será apurado a partir de 2026; (b) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD, será apurado a partir de 2034; e (ii) fiadora EcoRodovias Concessões e Serviços ("ECS") (c) Dívida líquida/EBITDA Ajustado apurado a partir da emissão. Conforme demonstrado no quadro a seguir, a Companhia está adimplente com referidos índices:

Emissão	Descrição da cláusula	Requerido	Atingido
1ª emissão	Dívida líquida Total/EBITDA ajustado ECS	≤5,5x	3,31

A Companhia está adimplente com todas as demais cláusulas restritivas do referido contrato. Os covenants não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo

## 16. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, serviços de consultoria, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*).

Objeto	Companhia	Natureza	Contrato (se aplicável)			Montantes envolvidos					Outras Informações			
			Data início	Data final	Total	A realizar	Saldo Ativo	Saldo Passivo	Vencimento	Custo	Despesa	Intangível	Garantias	Posição contratual
a)	Ecorodovias Concessões e Serviços.	Controladora indireta	01/01/2023	31/03/2024	26.468	-	-	1.576	Em até 45 dias	7.390	10.002	9.888	N/A	Devedor
b)	ICCR 153 S.A.	Outras partes relacionadas	18/10/2021	15/01/2057	3.809.158	3.407.786	-	46.608	Em até 45 dias	-	-	111.437	N/A	Devedor
c)	Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora indireta	-	-	-	-	2	294	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Devedor
c)	Holding do Araguaia S.A. Conc. Ayrton Senna & Carvalho Pinto - Ecopistas	Controladora direta	-	-	-	-	-	25	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Devedor
c)	Holding do Araguaia S.A. Conc. Ayrton Senna & Carvalho Pinto - Ecopistas	Outras partes relacionadas	-	-	-	-	-	8	Em até 45 dias	-	-	-	N/A	Devedor
Total em 31 de dezembro de 2023						2.485.111	-	-		7.390	10.002	121.325		
Total em 31 de dezembro de 2022						201.410.064	-	-		5.255	20.402	263.629		

a) Prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. b) Prestação de serviços de execução das obras de conservação, manutenção, melhorias e ampliação da rodovia BR-153/414/080/TO-GO. c) Repasses de despesas entre as unidades. Remuneração dos administradores: Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, previdência privada e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Em 18 de abril de 2023, a Assembleia Geral Ordinária definiu a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2023 em R\$2.614. A Administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2024, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração propôs aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para R\$2.802, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras.

A remuneração provisionada aos administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração (fixa/variável)	1.875	1.528
Remun. com base em ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock)	261	-
Seguro de vida	4	4
Assistência saúde	124	92
Previdência privada	67	74
FGTS	104	41
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP (Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS))	367	267
	2.802	2.006

## 17. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia. Os valores são ajustados a valor presente a taxa de 8,72% ao ano, que corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (*Weighted Average Cost of Capital - WACC*, na sigla em inglês) da concessionária. Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCP-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2022	Adição (Intangível)	Paga-mento	Efeito financeiro	31/12/2023
Constituição da provisão para obras futuras	13.394	-	-	-	13.394
Efeito do valor presente sobre constituição	(1.404)	-	-	-	(1.404)
Realização da construção	(517)	-	(921)	-	(1.438)
Ajuste a valor presente - realizações	619	-	-	784	1.403
Atualização Monetária	4.560	-	-	469	5.029
	16.652	-	(921)	1.253	16.984
Circulante	614	-	-	-	16.984
Não circulante	16.038	-	-	-	-

	31/12/2021	Adição (Intangível)	Paga-mento	Efeito Financeiro	31/12/2022
Constituição da provisão para obras futuras	13.394	-	-	-	13.394
Efeito do valor presente sobre constituição	(1.404)	-	-	-	(1.404)
Realização da construção	-	-	(517)	-	(517)
Ajuste a valor presente - realizações	-	-	-	619	619
Atualização Monetária	-	4.560	-	-	4.560
	11.990	4.560	(517)	619	16.652
Circulante	876	-	-	-	16.652
Não circulante	11.114	-	-	-	16.038

## 18. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de Fiscalização (a)	1.040	994
Conta reserva (b)	1.301.050	1.123.688
	1.302.090	1.124.682
Circulante	6.304	8.765
Não circulante	1.295.786	1.115.917

A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	1.124.682	1.073.531
Custo (Nota 22)	12.532	11.190
Retenção sobre tarifa	58.465	13.444
Rendimento de aplicação conta reserva (líquido IRRF_IJOF)	118.897	37.628
Pagamento do principal	(12.486)	(11.111)
Saldo no fim do exercício	1.302.090	1.124.682

econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida. A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está destacada a seguir:

Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Série única	15/06/2022	593.150	(8.525)	584.625	IPCA + 6,66%	11,36%
		593.150	(8.525)	584.625		

## 15. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento	38.482	41.601
Circulante	11.957	9.669
Não circulante	26.525	31.932

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	41.601	-
Adições	7.243	47.768
Encargos financeiros (Nota 23)	1.674	878
Pagamento principal	(10.362)	(6.167)
Pagamento de juros	(1.674)	(878)
Saldo no fim do exercício	38.482	41.601

A companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Prazos	Taxa % a.a.
1 ano	8,00
2 anos	7,56
3 anos	4,53
4 anos	3,97
5 anos	5,29
6 anos em diante	5,29

Vencimento das prestações	31/12/2023	31/12/2022
Menos de 1 ano	11.970	9.698
Entre 1 e 2 anos	10.747	10574
Entre 2 e 5 anos	17.593	22326
Acima de 5 anos	1.125	2021
Total valores não descontados	41.435	44.619
Total juros embutidos	(2.953)	(3.018)
	38.482	41.601

totalizaram R\$410.310 (R\$773.657 em 31 de dezembro de 2022), não gerando lucro ou prejuízos na prestação de serviços de construção em troca do ativo intangível objeto do contrato de concessão. A Companhia tem a obrigação de realizar manutenções periódicas para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão. A companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2023, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

	Previsão até o fim da concessão	
	31/12/2023	31/12/2022
Natureza dos custos	-	-
Melhorias na infraestrutura	3.757.420	3.644.806
Conservação especial (manutenção)	3.389.625	3.525.280
Equipamentos	559.972	585.711
Total	7.707.017	7.755.797

Seguros contratados: A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. O Contrato de Concessão obriga a concessionária a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias. Em 31 de dezembro de 2023, as principais apólices e coberturas são como segue:

Natureza	Final Vigência	Seguradora	Valor Garantia
Seguro Garantia - Operações	01/01/2025	Fator	462.750
			462.750

## 19. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS E TRABALHISTAS

Política contábil: A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	-	-	-
(+) Complemento de provisão	278	1	278
(-) Pagamentos	(28)	(1)	(28)
(+) Atualização monetária	61	-	61
Saldo em 31 de dezembro de 2023	311	-	311

a) Processos cíveis: O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos. A Companhia possui outros processos de natureza cível totalizando R\$1.769 em 31 de dezembro de 2023 (R\$531 em 31 de dezembro de 2022), oriundos de acidentes e multas administrativas, avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão. b) Processos trabalhistas: O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2023, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$610 (R\$114 em 31 de dezembro de 2022), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto sem constituição de provisão.

## 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$1.922.551, representados por 1.922.550.917 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pertencentes a Holding do Araguaia S.A. b) Reserva legal: É constituída com base em 5% do lucro líquido ajustado do exercício, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo é de R\$10.411 (R\$972 em 31 de dezembro de 2022). c) Reserva de retenção de lucros - orçamento de capital: Em 18 de abril de 2023, a Assembleia Geral Ordinária, deliberou pelo pagamento à título de dividendos, do montante de R\$13.303, inicialmente proposto como reserva de Orçamento de Capital, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, pela Administração da Companhia. Em 10 de outubro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de R\$547 à título de dividendos, com a consequente reversão do orçamento de capital relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. d) Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio: Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram pagos R\$80.453 à título de dividendos e juros sobre o capital próprio, sendo: (i) R\$4.434 dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2022; (ii) R\$13.850 descritos na Nota 20.c); (iii) R\$57.716 dividendos intermediários do exercício de 2023; e (iv) R\$4.453 IRRF de juros sobre o capital próprio do exercício de 2023 (dos R\$29.686 contabilizados). O saldo de R\$25.233, registrado na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar", refere-se ao saldo remanescente de juros sobre o capital próprio do exercício de 2023. A Companhia tem expectativa de realizar o pagamento até 31 de dezembro de 2024. O cálculo da distribuição do resultado é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	188.781	18.671
Reserva legal (5%)	(9.439)	(934)
Base de cálculo dos dividendos	179.342	17.737
Proposta da Administração:		
Juros sobre capital próprio	(29.686)	-
Dividendos intermediários	(57.716)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	(4.434)
Reserva de orçamento de capital	-	(13.303)
Dividendos adicionais propostos (a)	(91.940)	-

(a) Os dividendos adicionais propostos sobre ações ordinárias estão sujeitos à aprovação na assembleia geral anual e não são reconhecidos como passivo em 31 de dezembro de 2023.

## 21. RECEITA LÍQUIDA

Política contábil: A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de custos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	82.053	24.461
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	331.526	68.795
Vale-pedágio	100.464	21.351
Outras	6.531	2.112
	520.574	116.719
Receita de construção (b)	410.310	773.657
Receitas acessórias (c)	75	-
Receita bruta	410.385	773.657
Receita bruta	930.959	890.376
Deduções de receita bruta	(42.915)	(9.687)
Receita líquida	888.044	880.689

	31/12/2023	31/12/2022
Base de cálculo de impostos		
Receitas com arrecadação de pedágio	520.574	116.719
Receitas acessórias	75	-
	520.649	116.719

	31/12/2023	31/12/2022
Deduções		
Cofins (3%)	(15.620)	(3.502)
PIS (0,65%)	(3.384)	(759)
ISS (2% a 5%)	(23.705)	(5.419)
Abatimentos	(206)	(7)
	(42.915)	(9.687)

... continuação

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO ARAGUAIA S.A. - CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090

## 23. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2023	31/12/2022		Saldo contábil	Valor justo
<b>Receitas financeiras:</b>					
Receita de aplicações financeiras.....	28.457	46.819	<b>Classificação - Custo amortizado</b>		
Outras receitas financeiras.....	377	278	Ativos:		
	<b>28.834</b>	<b>47.097</b>	Caixa e equivalentes de caixa (a).....	342.312	342.312
<b>Despesas financeiras:</b>					
Juros sobre debêntures (Nota 14).....	(40.174)	(21.276)	Clientes (b).....	39.223	39.223
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 13).....	(9.137)	-	Aplicações financeiras (a).....	87.283	87.283
Varição monetária sobre debêntures (Nota 14).....	(28.068)	(3.250)	Outros Créditos - conta reserva - poder concedente (c).....	1.301.050	1.301.050
Varição monetária sobre empréstimos e financiamentos (Nota 13).....	(2.678)	-	Passivos:		
Amortização de custo com emissão de debêntures (Nota 14).....	(854)	(1.572)	Fornecedores (b).....	47.069	47.069
Ajuste a valor presente sobre provisão para construção de obras (Nota 17).....	(1.253)	(619)	Empréstimos e financiamentos (d).....	470.998	467.282
Atualização monetária da provisão para contingências diversas (Nota 19).....	(61)	-	Debêntures (d).....	629.552	616.528
Pis e Cofins sobre receitas financeiras.....	-	627	Passivo de arrendamento (d).....	38.482	41.435
Juros sobre arrendamentos - CPC06 (R2) (Nota 15).....	(1.674)	(878)	Obrigações com poder concedente (c).....	1.301.050	1.301.050
Juros Capitalizados.....	45.296	7.884	Obrigações com poder concedente (d).....	1.040	1.040
Outras despesas financeiras.....	(7.342)	(2.946)	<b>Classificação - Valor justo através do resultado</b>		
	<b>(45.945)</b>	<b>(22.030)</b>	Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock (e).....	316	316
Resultado financeiro, líquido.....	<b>(17.111)</b>	<b>25.067</b>			

## 24. LUCRO POR AÇÃO

a) **Lucro básico:** O lucro básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação.....	188.781	18.671
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação.....	1.922.551	1.922.551
Lucro básico por ação das operações continuadas.....	<b>0,10</b>	<b>0,01</b>

b) **Lucro diluído por ação:** A Companhia não possui dívida conversível em ações, dessa forma, não há diferença do Lucro Básico apresentado acima.

## 25. GERENCIAMENTO DE RISCO

**Gestão de capital:** O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia. A Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Índice de endividamento

	31/12/2023	31/12/2022
Dívida (a).....	2.441.122	1.775.283
Disponibilidade (b).....	(1.705.920)	(1.327.744)
Dívida líquida.....	735.202	447.539
Patrimônio líquido (c).....	2.024.902	1.937.373
Índice de endividamento líquido.....	0,36	0,23

a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures, passivo de arrendamento e obrigações com poder concedente circulante e não circulante, conforme detalhado nas Notas 13, 14, 15 e 18; b) Disponibilidade é definida como caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras - conta reserva e conta reserva poder concedente, curto e longo prazo, conforme detalhado nas Notas 5, 7 e 9; c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital. **Considerações gerais:** • A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de analisar a melhor estratégia de limites para a alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado. • Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, operações compromissadas e certificado de depósito bancário (CDB), remunerados a taxa média ponderada de 99,9% do CDI em 31 de dezembro 2023 (102,3% do CDI em 31 de dezembro 2022), refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. • Clientes e Fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. • Debêntures, passivo de arrendamento e obrigações com poder concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Membros Efetivos	MARCELLO GUIDOTTI (Presidente do CA) ROBERTO BORGES PAIVA MAURO OLIVEIRA DIAS DANILLO DE MATOS MARCONDES RODRIGO JOSÉ DE PONTES SEABRA MONTEIRO SALLES
Membros Suplentes	DANI AJBESZYC

## DIRETORIA

Diretor Presidente - RUI JUAREZ KLEIN
Diretor Superintendente / Diretor Relação com Investidores - CARLOS EDUARDO AUCHEWSKI XISTO
Contador: HUGO RAFAEL MITZ CRC 1PR050369/O-4 T' GO

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<b>Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio (Nota 3(f) e 21)</b>	
A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia. Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumarizadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão. Essa área foi considerada como uma das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil. Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais da Companhia. Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia. Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.
<b>Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3(b) e 11)</b>	
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 2.754.558 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários. A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.	Entre outros procedimentos, efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes para a determinação do valor recuperável, incluindo a definição e revisão das premissas relevantes adotadas pela administração. Adicionalmente, testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos. Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na determinação dos fluxos de tráfego. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

## Outros assuntos

## Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Valor justo de ativos e passivos financeiros: Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 são como segue:

Classificação - Custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa (a).....	342.312	342.312
Clientes (b).....	39.223	39.223
Aplicações financeiras (a).....	87.283	87.283
Outros Créditos - conta reserva - poder concedente (c).....	1.301.050	1.301.050
Passivos:		
Fornecedores (b).....	47.069	47.069
Empréstimos e financiamentos (d).....	470.998	467.282
Debêntures (d).....	629.552	616.528
Passivo de arrendamento (d).....	38.482	41.435
Obrigações com poder concedente (c).....	1.301.050	1.301.050
Obrigações com poder concedente (d).....	1.040	1.040
<b>Classificação - Valor justo através do resultado</b>	<b>Saldo contábil</b>	<b>Valor justo</b>
Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock (e).....	316	316

a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. b) Os saldos das rubricas de "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia. c) O valor refere-se a: (i) conta de Aporte de titularidade da Companhia e de movimentação restrita, aberta perante o Banco Depositário e movimentada somente com a autorização da ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga e aproxima-se do valor justo na data do balanço, e (ii) da retenção de 10% da receita da Companhia, destinadas para a Conta de Ajuste, a serem utilizadas eventualmente como mecanismo de equilíbrio econômico-financeiro ao longo do contrato de concessão, conforme cláusulas contratuais. d) As obrigações com empréstimos e financiamentos, debêntures, passivo de arrendamento e poder concedente relativas a verba de fiscalização, estão registradas ao custo amortizado na data do balanço. e) O valor do Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock estão registrados na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

**Gestão de riscos:** A estratégia de gestão de riscos envolve quatro linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Insegurança regulatória e política do contrato de concessão rentabilidade dos ativos e vulnerabilidades climáticas;
Operacional	Concorrência nas áreas de concessão, segurança ou interdição de infraestrutura existente, cibersegurança e paralisação dos sistemas de infraestrutura críticos, capital humano, gestão da cadeia de suprimentos e subcontratados, cumprimento dos contratos de concessão e segurança viária;
Financeiro	Risco de mercado, crédito, e premissas e estimativas contábeis e de planejamento financeiro; e
Compliance	Corrupção, fraude, integridade e não conformidade com regulamentações do setor.

No Grupo Ecovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nivel Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nivel Micro (Gestão individualizada e Operacional). A estratégia formulada pelo Grupo Ecovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares: A Gestão Holística - Nivel Macro - tem caráter eminentemente estratégico, pois está intrinsecamente ligada a questões como missão, visão e objetivos empresariais, ambiente regulatório e competitivo, e capacidade financeira, visando também a compreensão integral dos riscos: considera o potencial impacto de todos os tipos de riscos sobre todos os processos, atividades, stakeholders, produtos e serviços. A Gestão Individualizada - Nivel Micro - contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de riscos, principalmente vinculados aos processos da organização. Com relação a avaliação de riscos considera-se a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos. As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Conformidade Legal, Socioambiental, Reputacional e Impacto Econômico. No Grupo Ecovias efetua-se a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa. A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros. (i) Risco de taxa de juros: O risco de taxas de juros e inflação da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. A Companhia está exposta às principais variações: • Taxas de Inflação: Índice Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), relacionado às emissões de debêntures e reajustes tarifários das principais concessões rodoviárias e Índice Geral de Preços. • Mercado (IGP-M) da Companhia, relacionado às obrigações com o poder concedente; • Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relacionado às emissões de debêntures, as aplicações financeiras relativas à excedente de caixa investidos em títulos e valores mobiliários indexados em CDI da Companhia; e • Taxa

de juros de Longo Prazo (TJLP) e Câmbio relacionado aos financiamentos de máquinas e equipamentos e empreendimentos da Companhia. A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. b) Risco de crédito: O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras decorrentes da inadimplência de suas contrapartes, de instituições financeiras de recursos ou de investimentos financeiros. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras com classificação de Risco "rating" AA, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$22.805 (R\$17.310 em 31 de dezembro de 2022), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber". c) Risco de liquidez: O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de debêntures que julgue adequadas, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros efetiva - % a.a.	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos em diante
Debêntures.....	IPCA+6,66% a.a.	41.051	43.486	50.561	2.666.819
BNDES.....	IPCA+TLP+2,58% a.a.	20.705	20.541	23.308	580.358
BAISA.....	IPCA+2,50830% a.a.	12.759	16.129	21.311	302.290
Passivo de arrendamento - Cfe contrato individual		11.970	10.747	8.681	10.037
		<b>86.485</b>	<b>90.903</b>	<b>103.861</b>	<b>3.559.504</b>

**Análise de sensibilidade:** Risco de variação nas taxas de juros: A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do período esteve em aberto durante todo o período. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e do IPCA, principais indicadores das aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e debêntures:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Juros de aplicações financeiras.....	Alta do CDI (a)	26.333	32.916	39.500
Empréstimos e financiamentos.....	Alta do IPCA (b)	(36.415)	(43.123)	(49.830)
Juros sobre debêntures.....	Alta do IPCA (b)	(60.832)	(61.734)	(62.641)
Juros a incorrer, líquidos.....		<b>(70.914)</b>	<b>(71.941)</b>	<b>(72.971)</b>

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses. As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a).....	9,15%	11,44%	13,73%
IPCA (b).....	4,15%	5,18%	6,22%

Fonte: Relatório da Consultoria MB Associados - Dezembro/2023

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

## 26. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota 5. b) Informações suplementares: As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa. c) Transação que não envolvem caixa: No período findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	31/12/2023	31/12/2022
Direito de uso - CPC06 (R2).....	7.243	47.768
Outros créditos - Conta reserva.....	177.362	51.071
Atualização Monetária - Provisão Construção.....	-	4.560

## 27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitos. A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e de receitas acessórias relacionadas a exploração da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de março de 2024



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando  
Contador CRC 1SP217518/O-7

'Se queremos progredir, não devemos repetir a história, mas fazer uma história nova.' – Mahatma Gandhi



## Café da Manhã

ULISSES AESSE

ulissesaesse6@gmail.com



### Popularidade

O presidente Lula (foto) quer agora a volta de sua antiga popularidade, isto é, de alguns meses atrás. Já mexe estrategicamente em setores onde estão e estavam sendo rechaçado. O agronegócio é um deles.

### Visitas

Resta saber se em suas visitas, onde o agronegócio, é forte, principalmente no Centro-Oeste, o presidente virá, também, à Goiás.

### Agenda

Lula, segundo sua assessoria, já teria agendando essas visitas, que devem começar na semana que vem.

### Agressão

O advogado goiano que quebrou alguns dentes de um entregador do ifood pagou uma fiança de R\$ 100 mil. Se condenado, pode pagar bem mais.

### Voador

A Embraer já tem a encomenda de mais de três mil 'carros voadores'.

### Atenção

Cresce no Brasil a incidência de câncer no pênis, levando, inclusive, à mutilação completa do órgão.

### Barrados

Vexatória a imagens de parlamentares brasileiros proibidos de entrar no Congresso norte-americano. Um tanto quanto ridículo.

### Não precisava

Como se diz, não precisavam passar por essa. Não mesmo!

### Idade

Um problema que anda complicando a reeleição de Joe Biden é, também, a sua idade. O veterano presidente dos EUA tem mais 81 anos.

### Dividido

Essa polarização política está acabando com o Brasil. Por aqui, nada flui e a economia cada vez mais patina.

## EUA insistem, de novo, em ser donos do TikTok

A proposta é mesmo de mão única. Ou seja, o governo norte-americano quer obrigar o TikTok a ser vendido para eles, para assim poder permanecer sendo acessado no País. Caso contrário, terá que deixar de ser disponibilizado pelas marcas como Aple, Google e o usuários norte-americanos não poderão ter acesso ao TikTok. Há tempo que os Estados Unidos querem ter o controle total do aplicativo chinês, como já tem de outros bigs aplicativos como o facebook, o instagram, o X e o whatsapp. Mas não conseguiu. Agora, o Congresso norte-americano votou e aprovou uma lei obrigando o TikTok a se 'tornar' americano. A justificativa absurda é que nas mãos de seu adversário econômico, no caso, a China, o TikTok é um grande perigo para os EUA. Como se o facebook, instagram, o X e o whatasapp não o fossem, também, para as outras nações. Nessa, os EUA deram uma grande mancada.



## Live para vender mais barato

As influenciadoras Nayara Avilar e Josy Dias apresentam hoje, às 19h, a Super Live do Consumidor do Fujioka. É uma programação do grupo especialista em Informática e Tecnologia, com promoções ao longo do mês nas lojas físicas e, também, no site. Serão mais de 20 produtos selecionados para esta data e as ofertas podem passar de 70% de desconto. A live será no You Tube e Instagram da varejista.



## Professor Alcides recebe apoio de partidos

Vários partidos como o Avante, Republicanos, Mobiliza e DC oficializaram, na última segunda-feira, na Shalom Eventos, em Aparecida, apoio ao deputado, professor Alcides, pré-candidato à Prefeitura de Aparecida. A contribuição do senador Wilder Moraes e dos deputados José Nelto, Gustavo Gayer e Leda Borges fortalecem essa aliança. A presença dos deputados Paulo Cezar Martins, Eduardo Prado, André do Premium e Anderson Teodoro reforçam, também, a pré-campanha. O evento contou com vereadores de Aparecida de Goiás e de Goiânia, além de lideranças políticas. Professor Alcides agradeceu a todos os vereadores pela presença e apoio coletivo.



● O diretor da Opus Incorporadora, Dener Justino (foto), já trabalha o lançamento do mais novo residencial da empresa. terça-feira que vem, às 13h30, Dener comanda, no canal da Opus no Youtube, meeting virtual para profissionais do mercado imobiliário, no qual apresenta 'a quinta torre que integrará a Reserva Ybiti, no alto do Setor Bueno'.



- Esse caso, da quebra da Lojas Americanas, já virou uma novela no Brasil. Seus controladores, cada vez mais ricos, e os acionistas, quase todos, desesperados.
- Na Argentina tem mais brasileiro fazendo 'Medicina' do que os próprios argentinos. O pior de tudo é que presidente Javier Milei promete interferir nessa realidade.
- Mais de um milhão de casos de dengue com quase 500 mortos. A verdade é que o governo federal negligenciou a doença.
- 'Finalmente, irmãos, tudo o que for verdadeiro, tudo o que for nobre, tudo o que for correto, tudo o que for puro, tudo o que for amável, tudo o que for de boa fama, se houver algo de excelente

## APARECIDA DE GOIÂNIA

# Vilmar Mariano quer investir R\$ 505 milhões em obras



Vilmar Mariano: pavimentação asfáltica em todos os bairros

### REDAÇÃO

O 42º Mutirão de Aparecida, ofertará mais de 100 serviços públicos nos dias 15 e 16, sábado e domingo próximos, na Vila Maria e região. O evento é a primeira edição de 2024, e beneficiará seis bairros e 40 mil pessoas. Nesta semana as equipes da prefeitura estão na Região da Vila Maria executando serviços de manutenção das ruas e praças dos bairros que compõem a região como Cândido de Queiroz, Mont Serrat, Jardim Bonança, Parque Santa Cecília, Vila Maria e Parque América.

Na terça-feira (12), o prefeito Vilmar Mariano levou seu gabinete para o local, onde ouviu as demandas e dialogou com moradores e comerciantes locais.

Em reunião com empresários e lideranças comunitárias na Vila Maria, Vilmar comunicou que em breve diversas obras iniciarão no município.

"Eu vou colocar agora, na semana que vem ou na outra, 505 milhões em obras. Só bairros que serão asfaltados: Cristal, Rosa do Ventos, Rosa do Sul, Santa Luzia, Conde dos Arcos, 70% do Buriti Sereno, Vila Romana, Delfiori e Jardim Cascata. Mas vamos asfaltar que jeito Vilmar? Já tá com ordem de serviço e o dinheiro na conta esperando o período chuvoso parar pra gente entrar", afirmou o gestor.

Vilmar ainda disse que a construção da ponte que liga o Cândido de Queiroz com o Cândido de Queiroz 2 está no pacote de serviços, "o Antonio Ribeiro e o Rogério me cobram esse sonho antigo". "Vamos fazer 12 ligações importantes agora. Três grandes pontes na cidade onde fizeram o asfalto, mas não fizeram a ponte para dar acesso aos outros bairros. Faremos ainda, dois novos eixos na ordem de R\$ 48 milhões", disse.

## MINISTÉRIO PÚBLICO

# Ivana Farina e Benedito Torres indicados para vaga do STJ



Ivana Farina Pena e Benedito Torres Neto: indicações

### ROTA JURÍDICA

Em sessão extraordinária nesta segunda-feira (11/3), o Conselho Superior do Ministério Público de Goiás (CSMP) definiu os dois nomes que serão indicados pela instituição para concorrer à composição da lista visando ao provimento de vaga destinada ao Ministério Público no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Por unanimidade, o CSMP decidiu indicar a procuradora

de Justiça Ivana Farina Navarrete Pena e o procurador Benedito Torres Neto para disputar a vaga no tribunal superior, nesta ordem, tendo em vista o critério determinado pelo STJ, que é o de antiguidade na carreira.

O promotor de Justiça Haroldo Caetano da Silva, que havia se inscrito na disputa, apresentou renúncia à inscrição.

A Procuradoria-Geral de Justiça tem prazo até sexta-feira (15/3) para encaminhar a lista com os dois nomes.

'SÃO TEMPOS MUITO DOENTES, EM QUE A DEMOCRACIA, QUE FOI UMA CONQUISTA DA HUMANIDADE NESSE CAMINHAR NOSSO [...] QUE ISSO SEJA USADO EM DETRIMENTO E CONTRA AS PRÓPRIAS PESSOAS. SOBRE ESSAS MENTIRAS TODAS CRIADAS - E NO CASO DE GOLPE, QUE É GRAVÍSSIMO. [...] E SÓ ESTAMOS FALANDO DISSO PORQUE O GOLPE NÃO DEU CERTO. SE TIVESSE [DADO CERTO], EU POR EXEMPLO SERIA UM DOS ALVOS PREFERENCIAIS'. MINISTRA DO STF, CARMÊN LÚCIA



# Fio Direto

Gercyley Batista [gercyley@gmail.com](mailto:gercyley@gmail.com)

## Mais tempo

O governador Ronaldo Caiado (UB) só deve retornar às discussões públicas sobre as eleições em Goiânia, próximo do dia 5 de abril, quando será encerrada a janela partidária.

## Sempre tem

Geralmente, é na tarde do último dia da janela partidária que ocorrem as transferências partidárias que causam as maiores surpresas: será que este ano teremos alguma em Goiânia?

## De novo

Nos bastidores, o nome do ex-governador Marconi Perillo (PSDB) volta a circular como possível pré-candidato à Prefeitura de Goiânia, fato que ele nega veementemente.

## Focado em 2026

O ex-governador diz que está focado na disputa pelo governo de Goiás em 2026, e que não tem interesse em concorrer à prefeitura 0 da Capital, mas, sabe como é, né?

## Só lembrando

Em 2004, o ex-governador, ex-ministro e ex-senador Iris Rezende (MDB), após derrotas para o governo, 98/2010 e para o Senado em 2002, foi eleito prefeito de Goiânia.

## No peito e na raça

E por falar em PSDB, o pré-candidato a prefeito, jornalista Matheus Ribeiro, disse que não quer marqueteiro em sua campanha.

## Por falar nisso

Há uma série de marqueteiros de outros estados anunciando que vão assessorar pré-candidatos a prefeito em Goiânia, porém, o histórico de profissionais de fora, geralmente, é ruim.

## Prata da casa

Desde a campanha eleitoral de 1992, os marqueteiros locais têm colhido mais vitórias que os especialistas em marketing de outros estados.

## Mau sinal

Empresa que administra o WhatsApp, a Meta, reduziu as verbas destinadas para checagens de conteúdo de desinformação na plataforma em pleno ano de eleição.

## Bom estar de olho

Até o momento, são poucas as equipes e coordenações políticas atentas à possibilidade de monitoramento de conteúdo falso e calunioso no WhatsApp.

## Sem volta

Após uma informação falsa ser publicada em um grupo de WhatsApp, é praticamente impossível represar a sua divulgação e compartilhamento: isso deveria preocupar.

## Apesar dos contratempos, Vanderlan segue candidato



Não há riscos para uma alternativa diferente da indicação de Vanderlan Cardoso (PSD) como pré-candidato a prefeito de Goiânia nas eleições deste ano, pelos menos, é a informação de aliados do senador. Mesmo com as movimentações do vereador Lucas Kitão, que afirmou a intenção de disputar prévias no partido, não há um fator determinante que ameace o projeto de Vanderlan que, provavelmente, anunciará seu projeto político, em Goiânia, no final deste mês. No próprio PSD, há muito burburinho sobre as ações de Lucas Kitão serem mais midiáticas, para posicionar sua imagem na eleição deste ano, do que uma intenção realmente focada na disputa pelo executivo goianiense, o que seria bastante normal. Porém, este desalinhamento chega em um momento sensível da pré-campanha do senador, que mesmo liderando em algumas pesquisas, continua muito próximo de seus concorrentes, orbitando apenas diferenças percentuais nos limites das margens de erro dos levantamentos quantitativos. A deputada Adriana Accorsi (PT) e o deputado Gustavo Gayer (PL) seguem de perto, dentro do universo de eleitores que já definiram seus votos (em torno de 14 a 16% dos eleitores goianienses). Outra informação que parte de dentro do PSD, é que o partido não deve antecipar nenhum anúncio sobre a eleição deste ano, tudo deve seguir conforme a agenda política do senador Vanderlan, que só aguarda o anúncio de recursos oriundos de emendas parlamentares para entrar, em definitivo, no calendário pré-eleitoral. Vanderlan, também, evita comentar as ações de Kitão no partido.

## Em Rio Verde, Paulo do Vale mostra força e une base

Após alguns dias de intenso debate, o prefeito de Rio Verde, Paulo do Vale (UB) conseguiu reconstruir a aliança de forças do MDB local, que estava dividido. A deputada federal Marussa Boldrin (MDB), o deputado estadual Lucas do Vale (MDB) e o pré-candidato a prefeito, Wellington Carrijo (MDB), saíram fortalecidos da articulação, com os projetos eleitorais das três lideranças devidamente conversados. Quem também sai fortalecido é o vice-governador Daniel Vilela (MDB), que também participou das articulações. O ex-deputado José Mário Schreiner também atuou profundamente para a construção destas alianças.



## CAMPOS VERDES

## Dr. Rogério lidera com 55% dos votos na disputa a prefeito



Dr. Rogério: líder com folga em Campos Verdes

### REDAÇÃO

Na mais recente pesquisa estimulada sobre as eleições municipais em Campos Verdes, o pré-candidato Dr. Rogério desponta como favorito, conquistando impressionantes 55,00% de intenção de votos. Em um distante segundo lugar, figura o atual vice-prefeito Wallas Correia, com 11,43%, seguido por Wingleison, com 6,43%, Noé, com 3,57%, e Vilmar da Cerâmica, com 3,21%.

Outro aspecto crucial revelado pela pesquisa é a influência do atual prefeito Haroldo Naves nas eleições. Um expressivo 65% dos moradores afirmaram que votariam em um candidato apoiado por Naves. Além disso,

em um confronto direto, o Dr. Rogério teria 65,71% e Wallas 16,43%.

A pesquisa, conduzida de forma quantitativa, foi realizada em 08/03/2023, abrangendo entrevistas pessoais em domicílio e em pontos de fluxo, a margem de erro é de 4,7% para mais ou para menos. Com um plano amostral meticuloso, que incluiu ponderações quanto a sexo, idade, grau de instrução e nível econômico, foram entrevistadas 280 pessoas, garantindo uma representatividade do eleitorado de Campos Verdes/GO.

O registro da pesquisa foi realizado sob o número GO-02556/2024.

## GOIÁS SOCIAL MULHER

## Vapt Vupt realiza 3 mil atendimentos



Governo de Goiás: justiça social e cidadania

### REDAÇÃO

As equipes do Vapt Vupt realizaram três mil atendimentos durante os cinco dias da ação Goiás Social Mulher, promovido pelo Governo de Goiás para celebrar o Dia das Mulheres, na última semana.

O serviço do Vapt Vupt mais procurado durante o evento foi o atendimento para CPF, com 1.033 atendimentos. Em seguida, a emissão da carteira de identidade nacional (CIN), em que 922 pessoas solicitaram o documento. Com a nova CIN, o número de identificação passa a ser o CPF, o que obriga o cidadão a regularizar o documento.

O evento foi uma edição especial da ação Goiás Social, com oferta de serviços voltados para o público feminino, e ultrapassou a marca de 156 mil atendimentos. Mais de 215 mil pessoas circularam pelos espaços das diversas secretarias em busca de atendimentos para serviços do Governo de Goiás.

O Vapt Vupt ofertou os serviços mais requisitados nas agências, como atendimentos para RG, CPF, Detran, Ipasgo, Goiasprev e multifuncional.

A equipe do Vapt Vupt também foi responsável pela distribuição de quatro mil senhas para realização dos sorteios das geladeiras para as mulheres inscritas no programa Mães de Goiás.

A iniciativa, organizada pelo Gabinete de Políticas Sociais (GPS) e coordenada pela primeira-dama Gracinha Caiado, reuniu 15 órgãos estaduais e parceiros, com oferta de 40 serviços gratuitos em um único local - na Praça Cívica.

Além dos serviços do Vapt Vupt, durante os cinco dias de evento foram realizados cadastros para benefícios sociais; entregas de cartões de programas como Mães de Goiás e Goiás Por Elas; atendimentos da Defensoria Pública, além de espaço de beleza e autocuidado, entre outros serviços.



## ROTA 190

aulusrg@hotmail.com

ÁULUS RINCON

### PM que estava de folga mata entregador com tiro na cabeça em Itumbiara



Três assassinatos foram registrados em um único dia em Goiás, um deles à luz do dia, e em um local de grande movimento de pessoas e veículos. O que mais chamou a atenção, porém, foi o praticado na região sul do estado por um policial militar que estava em seu horário de folga.

Entregador de comida por aplicativo, Lucas Marcelino Botelho, 26, se desentendeu com um desconhecido na Avenida Modesto de Carvalho, na Vila Vitória, em Itumbiara. Uma testemunha que acompanhou o bate-boca registrou, com o celular, o momento em que o homem que discutiu com o entregador, posteriormente identificado como sendo um subtenente da PM de Goiás, disparou com uma pistola no pescoço da vítima, que caiu, já sem vida, no chão.

Antes do tiro, o PM havia desferido um tapa no rosto de Lucas Marcelino. Para os colegas de farda que atenderam a ocorrência, o subtenente, que estava em horário de folga, alegou que a pistola disparou, quando ele tentou golpear o entregador, na cabeça. O militar também relatou que a discussão começou depois que o motociclista passou na frente do bar onde ele estava empinando, e acelerando o veículo.

Após ser ouvido na madrugada de ontem na Delegacia da Polícia Civil de Itumbiara, o subtenente, identificado apenas pelo primeiro nome, Roberval, também prestou depoimento na Corregedoria da PM, em Goiânia. Tanto a Polícia Civil, quanto a Polícia Militar, encaminharam nota à imprensa, dizendo que estão apurando o

caso, que “será apurado com rigor e isenção”. Por enquanto, o subtenente responderá pelo assassinato em liberdade.

Em Goiânia, o dono de uma oficina mecânica que fica na região da Vila Canaã foi assassinado com tiros de revólver, enquanto trabalhava. Testemunhas contaram que um homem que estava com máscara facial chegou no início da tarde ao estabelecimento de Paulo Henrique Bianco Rodrigues, 28, na Vila Adélia, e disparou pelo menos cinco vezes, matando-o na hora.

Até o início da noite de ontem, os atirador e outro homem, que teria dado fuga à ele, ainda não tinham sido identificados. Segundo familiares e amigos, Paulo Henrique, que também era lutador de artes marciais, não tinha envolvimento com crimes, e nem relatou estar sofrendo algum tipo de ameaça.

#### Crime em família

Wilson José Resende, 54, foi morto com facadas no final da noite de terça-feira na zona rural de Anápolis, em uma área que fica perto do Parque de Exposições. Pelo que foi apurado, o crime foi praticado por um irmão da vítima, e por um sobrinho, após discussão pela divisão de uma chácara, que está em processo de litígio.

O sobrinho da vítima foi preso e autuado em flagrante, mas o irmão de Wilson permaneceu foragido, até o final da noite de ontem. Testemunhas contaram que ele fugiu, com a faca usada no assassinato, em uma moto modelo Honda CG, de 125 cilindradas.



### Família oferece recompensa por desaparecido

Familiares de Ernane D'Olanda, que mora no Maranhão, estão desesperados com o desaparecimento dele, que sumiu no mês passado, após desembarcar em um ônibus interestadual, na Rodoviária de Goiânia. A suspeita é que o homem tenha tido algum problema psiquiátrico, e esteja perdido pelas ruas da capital. Segundo familiares, ele não usa drogas, nem ingere bebida alcoólica, mas teve um surto, no Tocantins, ocasião em que decidiu retornar a seu estado, mas não chegou ao destino, e foi visto, pela última vez, perambulando pela região da Rua 44, no Centro. A Polícia Civil já registrou ocorrência, e está à procura do desaparecido, e os familiares decidiram oferecer uma recompensa de R\$ 3 mil, por informações que levem ao paradeiro de Ernane. Informações podem ser repassadas pelos telefones 197, (62) 98406-4620, ou (98) 98414-8823.

### Homem que matou a ex em MG é preso em Goiás

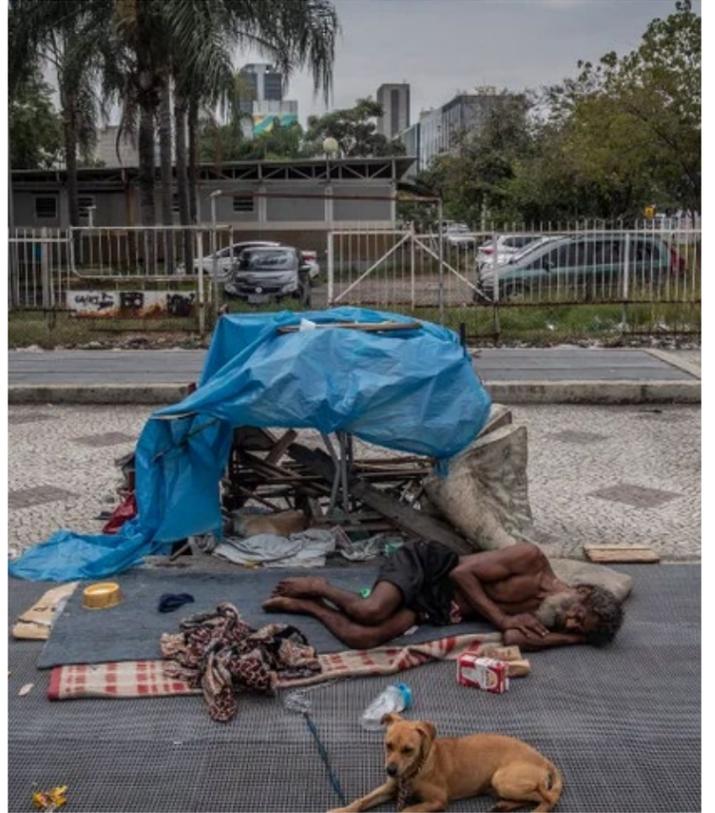
Policiais rodoviários federais frustraram a fuga de um serralheiro que na madrugada de ontem assassinou a ex companheira, que tinha 30 anos, com 10 facadas, em Uberlândia, Minas Gerais. O feminicídio, que confessoria pretendia fugir para Pontes e Lacerda, no Mato Grosso, foi abordado quando trafegava pela BR 153, em Morrinhos, na região sul de Goiás. Dentro do carro dele, os policiais encontraram a faca usada no crime, e roupas sujas de sangue. Segundo a Polícia Militar de MG, o feminicídio foi praticado na frente de uma filha da vítima, que tinha apenas seis anos. Nome e idade do serralheiro, que acabou autuado em flagrante, não foram revelados.

### Dupla tortura mulher em Trindade a mando de facção

Imagens divulgadas pelos próprios criminosos em grupos de WhatsApp ajudaram a Polícia Civil a identificar e prender os dois homens que em janeiro passado torturaram uma mulher em Trindade, na região metropolitana de Goiânia. Pelo que foi apurado pela equipe do delegado Rafael Borges, de Trindade, a vítima foi agredida com o cabo de uma enxada, durante quase 10 minutos, após ser acusada de ter furtado em uma residência. A tortura teria sido ordenada por líderes de uma facção criminosa carioca. Nomes e idades dos dois presos não foram divulgados.

## Brasil quer tirar 33 milhões de pessoas da situação de fome

Houve redução de 13 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar grave no país, entre o 1º trimestre de 2022 e o 4º trimestre de 2023



Aumento do salário mínimo e expansão do Bolsa Família contribuem com redução da fome

#### AGÊNCIA BRASIL

O Brasil tem como meta tirar, até 2030, cerca de 33 milhões de pessoas da situação de fome. Foi o que afirmou Wellington Dias, Ministro de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, no programa “Bom Dia, Ministro”. Dias também comentou a notícia recente da redução de 13 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar grave no Brasil, entre o 1º trimestre de 2022 e o 4º trimestre de 2023.

De acordo com o Ministro, as situações mais graves ainda estão nas regiões Nordeste e Norte do país, apesar do Sudeste também concentrar a maior população com a chamada “fome moderada”.

Wellington Dias comentou também sobre investimentos no Bolsa Família para Estados, como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia e Ceará. Um dos temas abordados foi o programa de “Busca Ativa” das pessoas em vulnerabilidade, que chegou a 90% da população estimada que passa necessidade.

Para o auxílio a esse cadas-

tro mais próximo do cidadão, Wellington Dias citou a necessidade de garantir Postos de cadastramento descentralizados, como os Centros de Referência da Assistência Social móveis.

De acordo com o estudo encomendado pelo governo brasileiro ao Instituto Fome Zero, o número de pessoas com insegurança alimentar moderada e grave caiu de 65 milhões para 45 milhões de pessoas, enquanto o de insegurança alimentar grave diminuiu de 33 milhões para 20 milhões de pessoas, entre o 1.º trimestre de 2022 e o 4.º trimestre de 2023, num país com cerca de 200 milhões de habitantes.

As razões para a melhoria nas estatísticas em 2023 foram o aumento significativo do salário mínimo e a expansão do Bolsa Família, o principal programa de distribuição de subsídios aos mais pobres.

Esta melhoria permitiu que a insegurança alimentar no Brasil regressasse aos níveis do início da década de 2020, antes da crise econômica gerada pela pandemia da Covid-19 ter feito disparar o número de pessoas com fome.

## Governo antecipa décimo terceiro de aposentados e pensionistas

Decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e publicado nesta quarta-feira (13) no Diário Oficial da União antecipa o pagamento do abono anual a aposentados e pensionistas, conhecido como décimo terceiro salário de beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

De acordo com o texto, a primeira parcela do abono anual será paga na folha de abril e a segunda na folha de maio. Têm

direito ao benefício segurados e dependentes da Previdência Social que, durante o ano de 2024, tenham recebido auxílio por incapacidade temporária, auxílio-acidente, aposentadoria, pensão por morte ou auxílio-reclusão.

“Na hipótese de cessação programada do benefício antes de 31 de dezembro de 2024, será pago o valor proporcional do abono anual ao beneficiário”, destaca a publicação.

# Açúcar cai dentro e fora do Brasil com números da safra no Centro-Sul

## REDAÇÃO

Os contratos futuros do açúcar fecharam a terça-feira (12) em queda dentro e fora do Brasil. Relatório da Unica - União da Indústria de Cana-de-açúcar e Bioenergia de ontem apontou para a produção, no acumulado da safra 2023/24, que se encerra oficialmente em 31 de março, de 42,18 milhões de toneladas, contra 33,56 milhões de toneladas do ciclo anterior, alta de 25,66% no comparativo.

Na ICE Futures de Nova York o açúcar bruto, lote maio/24, foi contratado ontem a 21,89 centavos de dólar por libra-peso, desvalorização de 6 pontos no comparativo com os preços

praticados na véspera. Já a tela julho/24 caiu, também, 6 pontos, negociada a 21,63 cts/lb. Os demais vencimentos recuaram entre 9 e 18 pontos.

## Londres

Em Londres a terça-feira também foi de baixa nas cotações do açúcar branco listadas na ICE Futures Europe. O contrato maio/24 foi comercializado ontem a US\$ 615,70 a tonelada, desvalorização de 1,40 dólar no comparativo com a véspera. Já a tela agosto/24 caiu 10 cents de dólar, contratada a US\$ 599,50 a tonelada. Os demais contratos recuaram entre 2,50 e 6,10 dólares.

## Mercado doméstico

No mercado interno o Indicador Cepea/Esalq, da USP, fechou ontem desvalorizado. A saca de 50 quilos do tipo cristal foi negociada pelas usinas nesta terça-feira a R\$ 142,16 contra R\$ 142,80 do dia anterior, desvalorização de 0,45% no comparativo entre os dias.

## Etanol hidratado

Já o etanol hidratado registrou valorização pelo segundo dia consecutivo no Indicador Diário Paulínia. O biocombustível foi negociado ontem pelas usinas a R\$ 2.157,00 o m<sup>3</sup> contra R\$ 2.149,00 o m<sup>3</sup> praticado na segunda-feira, valorização de 0,37% no comparativo.



## Campanha 'Movido pelo Agro - Etanol' vai estimular o uso do combustível

Meta é alcançar o "Estado Carbono Neutro" até 2030

## REDAÇÃO

A campanha "Movido pelo Agro - Etanol", realizada pela Famasul em parceria com a Biosul, foi lançada, na manhã desta terça-feira (12), na sede da Casa Rural. A ação propõe o consumo consciente e a valorização do etanol produzido no estado a partir da cana-de-açúcar e do milho. A iniciativa foi criada pela Faemg (Federação da Agricultura e Pecuária de Minas Gerais), no ano passado.

O presidente do Sistema Famasul, Marcelo Bertoni, estava acompanhado do presidente da FAEMG, Antônio Pitanguí de Salvo, que idealizou a campanha no estado mineiro.

"Uma campanha como essa, que traz a sustentabilidade, é muito importante. A Famasul segue caminhando nos princípios do ESG e nós estamos sempre pensando em fazer o melhor para o nosso estado. Essa parceria com a Biosul representa isso, acreditamos muito nessa ideia. O nosso estado é um grande produtor de etanol, tanto de cana como de milho. Desde setembro do ano passado estamos com

toda nossa frota de carros flex abastecida com etanol, visando essa sustentabilidade. Estamos juntos do Governo do Estado nessa meta de alcançar o Estado Carbono Neutro até 2030", disse Bertoni.

Desde setembro de 2023, o Sistema Famasul abastece toda sua frota somente com etanol. Com o lançamento oficial da campanha Movido pelo Agro em Mato Grosso do Sul, a instituição estende a proposta para colaboradores e prestadores de serviço, chegando a cerca de 900 pessoas. A estimativa é que, juntos, os participantes percorram aproximadamente 12,3 milhões de quilômetros em 2024, podendo evitar a emissão de 1,7 mil toneladas de gás carbônico. Para incentivar a adesão consciente, o Sistema Famasul vai sortear cinco vouchers por mês no valor de R\$150 para os colaboradores participantes.

"Importante projeto de incentivar o Etanol no estado, que olha para o meio ambiente, mas também para a geração de empregos. São diversas vantagens que o Etanol traz a toda sociedade", comentou Amaury Pekelman, presidente da Biosul.

Também estavam presentes no lançamento o secretário da Semadesc, Jaime Verruck, repre-



Iniciativa foi criada pela FAEMG e foi trazida para Mato Grosso do Sul neste ano – Crédito: José Roberto Miranda/Embrapa/Reprodução

sentando o governador Eduardo Riedel; o presidente da SIAMIG (Associação das Indústrias Suroenergéticas de Minas Gerais), Mário Ferreira Campos Filho; o diretor do Sindicato Rural de Penápolis (SP) e presidente da Comissão Nacional de Cana-de-Açúcar da CNA, Nelson Perez; o presidente do Núcleo dos Sindicatos dos Produtores Rurais do Triângulo e Alto Paranaíba e do Sindicato dos Produtores Rurais de Campo Florido (MG), Carlos

Guapo; o gerente-executivo da Biosul, Érico Parede; o presidente da Sulcanas, Marcio Verrunes; o presidente da Associação de Produtores de Novilho Precoce, Rafael Gratão; o representante do Sinpetro, Edson Lazaroto; e a presidente do Crea/MS, Vânia Abreu.

Pelo Sistema Famasul estavam presentes o diretor-tesoureiro da Famasul, Frederico Stella; o diretor-secretário da Famasul, Claudio Mendonça; o su-

perintendente do Senar/MS, Lucas Galvan; a diretora-técnica do Senar/MS, Mariana Urt; o presidente da Funar, Janes Bernardino; o presidente do Sindicato Rural de Aral Moreira Rene Marques; o presidente do Sindicato Rural de Jateí, José Pereira da Silva; o presidente do Sindicato Rural de Nova Alvorada do Sul, Leandro Barbosa Lyrio; e o diretor do Sindicato Rural de Santa Rita do Pardo, Neto Cavalli.

## Faça como determina a

# LEI

Publique seu edital em um  
Jornal de grande circulação

64 9601 9797

comercial@dmsudoeste.com.br



# Safra 23/24 de soja é para ser esquecida, diz Aprosoja Brasil

Para a entidade, clima adverso, doenças e preços lá em baixo prejudicaram os produtores ao longo de todo o ciclo

## REDAÇÃO

Problemas climáticos e preços em baixa. Para a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil), a safra 2023/24 é digna de ser esquecida. “Foi um ano em que deu tudo errado para os produtores rurais”, diz em nota.

A entidade lembra que no início do ciclo da soja, a umidade era insuficiente na maior parte do país, enquanto no Sul do país a chuva caía em excesso.

“Com receio de não prejudicar o plantio da segunda safra de milho, que vem logo em seguida, alguns semearam a soja com pouca umidade no solo, que acabou não vingando”.

A Aprosoja ressalta que a vontade do produtor de plantar, colher e pagar uma parte das contas para diminuir o prejuízo levou alguns a terem a necessidade de fazer até três replantios, tendo gastos extras com sementes, defensivos,

combustíveis e mão de obra.

## A chuva veio, mas...

A Associação lembra que quando a chuva chegou, para alívio dos produtores de soja, o volume foi bem maior do que o esperado em algumas regiões.

Assim, com o excesso de umidade vieram também doenças como a ferrugem-asiática, anomalias e pragas como a mosca branca, que derrubaram a produtividade.

Perdas de soja nos estados Todo este cenário negativo derrubou a produção e a produtividade. A safra de soja 2023/24 deve quebrar em 21% Mato Grosso, de acordo com pesquisa feita pela Aprosoja-MT.

Além do maior estado produtor, a Associação destaca que em janeiro, o governo de Tocantins decretou situação de emergência em decorrência da estiagem. Com isso, a Aprosoja-TO estima, ao menos, 20% de perda na safra de soja 2023/24.

“Em fevereiro foi a vez do governo de Goiás decretar emergência em 25 municípios. As projeções da Aprosoja-GO indicam redução de pelo me-

nos 15% no potencial produtivo em relação às estimativas iniciais, que apontavam 17,5 milhões de toneladas.

## Preços em baixa

Para a Aprosoja Brasil, a quebra da produção não foi o pior elemento da safra 23/24, mais sim a queda dos preços. “Isso traz ainda mais dificuldade para os produtores pagarem os investimentos e honrar compromissos”.

A entidade ressalta que em Mato Grosso, a saca de soja está sendo vendida entre R\$ 80 a R\$ 105. “Mesmo os produtores que tiveram uma boa colheita, a conta não fecha”.

A Associação dos Produtores acredita que parte do problema se deve ao fato de o mercado não refletir a realidade das lavouras. “Frente à grande demanda mundial pela oleaginosa, os preços estariam apresentando um comportamento inverso ao atual e reduzindo, em parte, os prejuízos causados pelo clima nesta safra”.

Contudo, na visão da entidade, os dados da safra são superestimados artificialmente, baseados no cenário mais otimista, “com benefício aos



SOJA: clima adverso, doenças e preços lá em baixo prejudicaram os produtores ao longo de todo o ciclo 23/24 — Foto: Wenderson Araujo-Trilux/CNA.

compradores e prejuízo aos produtores e ao país”.

## Aprosoja mantém projeção de safra

Como divulgado em janeiro, a Aprosoja acredita e mantém a sua estimativa de que a safra 23/24 de soja será de, aproximadamente, 135 milhões de toneladas.

“Os relatos dos produtores refletem a realidade vivida no campo, que é muito diferente das estimativas atuais de empresas privadas e órgãos oficiais. O que os produtores reportaram é que, mesmo nos cultivos que estavam visual-

mente em boas condições, os grãos não estão se desenvolvendo bem por conta de anomalias existentes, com redução do peso, e as colheitadeiras estão registrando uma produtividade bem menor do que foi estimada inicialmente”.

Frente aos problemas expostos, a Aprosoja Brasil informa que tem feito movimentações junto à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), instituições financeiras e Ministério da Agricultura para que as soluções para socorrer os produtores estejam acessíveis o mais breve possível.

# Fraude fiscal no campo: Receita Federal mira em sonegação de produtores

A ação da Receita mira empresas que emitiam notas fiscais eletrônicas falsas de insumos agrícolas, causando um prejuízo de R\$ 550 milhões

## REDAÇÃO

A Receita Federal (RF) deflagrou nesta quarta-feira (13) a 3ª fase da Operação Dagon, desarticulando um esquema de sonegação de Imposto de Renda por produtores rurais.

A ação concentra-se em empresas conhecidas como “no-teiras”, sediadas em Goiás, que emitiam notas fiscais eletrônicas falsas de insumos agrícolas.

A fraude fiscal ocorreu nos estados de Goiás e Bahia e foi identificada pela Receita Federal em 2019. O esquema de sonegação movimentou um total de R\$ 2,2 bilhões entre junho de 2019 e dezembro de 2022, resultando em um prejuízo estimado em R\$ 550 milhões para os cofres públicos.

Os auditores destacaram os valores elevados das notas fiscais e a logística dispendiosa envolvida na compra de insumos de outro estado. Isso inclui custos adicionais de frete, que, segundo análise, não se mostrariam vantajosos financeiramente para os produtores rurais.

A operação, batizada de “Dagon”, faz referência a uma divindade da agricultura dos



De acordo com o órgão, contribuintes com pendências fiscais podem regularizar sua situação com a Receita Federal.

filisteus, antigo povo que ocupou a costa sudoeste de Canaã. Dagon é representado com duas faces, sendo uma delas adorada em certo período da história, enquanto a outra é retratada como uma figura de-

moníaca.

Iniciada no Rio Grande do Sul, a operação teve suas fases subsequentes expandidas para outras regiões do país.

## Fraude fiscal

Produtores rurais abriam

empresas fictícias para emitir notas fiscais falsas e reduzir o Imposto de Renda.

A Receita Federal já lançou R\$ 375,4 milhões em créditos tributários, compreendendo imposto, multa e juros, e iniciará novos procedimentos fiscais

para os beneficiários dessas notas fiscais frias.

Além disso, os envolvidos podem enfrentar multa de 150% sobre os valores devidos, além de responderem criminalmente caso haja representação do Ministério Público.

# Governo busca segurança jurídica para o agro junto ao CNJ e AGU

O Mapa vem trabalhando em iniciativas de modernização do crédito rural e gestão de riscos

## REDAÇÃO

O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, se reuniu com o Corregedor Nacional de Justiça, ministro Luís Felipe Salomão, e o advogado-geral da União, Jorge Messias, na noite desta segunda-feira (11), na sede do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para tratar sobre a segurança jurídica para a agropecuária a partir de uma perspectiva sistêmica do setor.

Diante dos desafios vivenciados pelos produtores rurais nos últimos anos em consequência de estiagens prolongadas e chuvas intensas provocadas pelas adversidades climáticas, impactando no custo de produção e também a queda nas cotações internacionais, o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) vem trabalhando em iniciativas de modernização do crédito rural e gestão de riscos.

Nesta linha, uma das pro-



SEGURANÇA JURÍDICA PARA O AGRO: Na foto, o ministro da Agricultura Carlos Fávaro, o Corregedor Nacional de Justiça, ministro Luís Felipe Salomão, e o advogado-geral da União, Jorge Messias — Foto: Reprodução.

postas apresentadas por Fávaro foi, dentro da independência dos Poderes, o apoio do CNJ para a orientação da adoção dos critérios previstos na Lei de Recuperação Judicial e Falências em relação ao disposto na Lei n 14.112/2020.

“O que preocupa o Ministério é o funcionamento do agro-

negócio de maneira sistêmica”, comentou o corregedor Nacional de Justiça. Isso porque há uma preocupação com o uso e a interpretação das disposições legais relativas às recuperações judiciais e falências.

“A recuperação judicial é um instrumento legítimo, importante, e não pode ser banali-

zado”, ponderou o ministro da Agricultura e Pecuária. Entre os pontos abordados para a garantia da segurança e estabilidade jurídica em relação ao tema, estão os requisitos para que produtores rurais que operam como Pessoa Física possam acessar a Recuperação Judicial, como o exercício regular de suas

atividades por período superior a dois anos, a apresentação do Livro Caixa Digital do Produtor Rural (LCDPR), Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF) e balanço patrimonial, todos entregues tempestivamente.

Ainda, não se submetem à Recuperação Judicial, as obrigações decorrentes dos atos praticados entre cooperados e cooperativas; os créditos vinculados às Cédulas de Produto Rural (CPRs) com liquidação física, aquelas que o produtor quita a dívida entregando parte da sua produção, exceto quando comprovado que o produto não colheu especificamente em razão de uma catástrofe climática e também nos casos de alienações fiduciárias, quando se trata de credor titular da posição de proprietário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretroatividade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio.

## Ministério da Agricultura dialoga sobre avanços na legislação da produção de sementes e mudas

Encontro com associações abordou pautas de inovação, propriedade intelectual e medidas fitossanitárias

## REDAÇÃO

Para debater ações com foco nos avanços do setor de sementes e mudas, o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos

Fávaro, realizou reunião, nesta terça-feira (12), com a Associação Brasileira de Sementes e Mudas (Abrasem), a Seed Association of the Americas (SAA) e com a Federação Internacional de Sementes. O encontro foi realizado na sede do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa).

Na ocasião, foram apresentadas propostas para o progresso

na legislação da produção de sementes e mudas, que visam mais inovação no melhoramento de plantas, avanços na defesa da propriedade intelectual e desenvolvimento de medidas fitossanitárias.

“Daremos total apoio ajudar os produtores e fomentar avanços do setor de sementes”, destacou o ministro Fávaro. “Precisamos também garantir

propriedade intelectual. Precisamos ter respeito com a ciência. Garantir a propriedade intelectual é apoiar o desenvolvimento, para continuarmos gerando oportunidades”, completou.

Ainda, durante o encontro, o presidente da Abrasem, Ronaldo Troncha, entregou ao ministro Fávaro um documento protocolado pelas associações de

semente presentes, com pontos essenciais para o setor. “É um documento conjunto das maiores associações de sementes do mundo, tratando principalmente da legislação. Esse encontro é uma grande oportunidade para demonstrar para o mundo as boas práticas e como o Brasil é sustentável. Somos referência para o mundo em produtividade”, destacou.

## Brasil obtém reconhecimento das Filipinas para exportação de carnes bovina, suína e aves

## REDAÇÃO

O governo brasileiro anunciou o reconhecimento, por parte das autoridades filipinas, da equivalência de sistemas de inspeção sanitária, especificamente para as exportações brasileiras de carnes bovina, suína e aves.

Na prática, em resposta ao pedido brasileiro feito em 2023, o Departamento de Agricultura e Inspeção da Filipinas outorgou ao Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) autorização para certificar e habilitar estabelecimentos auditados pela missão de inspeção do país asiático. Além disso, o

acordo inclui a possibilidade de habilitar outras unidades produtivas que atendam aos requisitos estabelecidos.

O acordo é válido por três anos, a partir de 28 de fevereiro deste ano.

O reconhecimento “system accreditation” atesta o alto nível de confiança no controle

sanitário nacional, cujo rigor é reconhecido pelos mais de 150 países que consomem os produtos brasileiros em questão, e permitirá que o Brasil possa incrementar sua participação no setor e contribuir, ainda mais, para garantir a segurança alimentar no país asiático.

No ano passado, o Brasil ex-

portou aproximadamente US\$ 700 milhões em carnes para as Filipinas, o equivalente a 394 mil toneladas. Já as importações globais das Filipinas dos produtos do agronegócio brasileiro totalizaram US\$ 907,9 milhões, o equivalente a 836 mil toneladas de alimentos.



**São Luiz Express**

☎ (62) 9 9232-5276 / (62) 9 9287-6748

**Envios de encomendas e cargas para os estados:**

AL / BA / DF / GO / PE / MG / MT / SE / SP



**RÁPIDA ENTREGA**

**CONFIANÇA & AGILIDADE**